



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 4

SEXTA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 4ª SESSÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 144/92 (nº 21/92, na origem), referente a escolha do nome do Dr. Armando de Brito, para exercer o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.

1.2.2 — Aviso do Secretário-Geral da Presidência da República

— Nº 37/92, encaminhando informações sobre os quesitos contantes do Requerimento nº 714, de 1991.

1.2.3 — Comunicação

Do Presidente do Parlamento Latino-Americano, referente a nomes de Parlamentares que estarão ausentes do Congresso Nacional em missão oficial, nos próximos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro do corrente ano.

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Recebimento da Mensagem nº 145/92 (nº 775/91, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para que a União possa contratar operação de crédito externo no valor de até quatro bilhões, quatrocentos e sete milhões de reais, para os fins que especifica.

— Recebimento do Ofício nº 172/91, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que, em sessão plenária realizada no dia 18 de dezembro passado, nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 504-9, aquele Tribunal deferiu a medida cautelar para suspender

a eficácia do art. 29 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

— Recebimento do Aviso nº 2.066/91, do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, encaminhando cópia do documento da despesa relativa ao terceiro pagamento por conta do contrato celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Citibank N.A., no valor de trezentos e trinta mil dólares americanos, devidos no período de 1989/1990.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 4, de 1992, de autoria do Senador Rachid Saldaña Derzi, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo publicado no jornal "Correio Braziliense" sob o título "Índios já ameaçam soberania nacional, edição de 16-1-92.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO — Papel do Congresso Nacional nos desdobramentos da seca no Nordeste.

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Colocações sobre a privatização da Embraer, tendo em vista que o edital de licitação terá que ser aprovado pelo Congresso Nacional. Informações recebidas o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, concernentes à renúncia pelo Governo Federal, via incentivos, de receitas fiscais. Busca de soluções para sanear a Previdência Social.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Política de preços praticada pelas companhias aéreas, pela indústria automobilística e pelos atravessadores de alimentos e supermercados.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Posição de S. Exª em defesa da Petrobrás, contra a sua privatização.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COÛTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

SENADOR MÁRCIO LACERDA — Projeto de Lei do Senado nº 99, de 1991, de autoria de S. Exª, que autoriza a utilização de cruzados novos provenientes de contas da carteira de poupança rural para pagamento de financiamento agrícola.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Homenagem póstuma ao escritor sergipano José Augusto Garcez.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

Realização de sessão ordinária do Senado amanhã, às 14 horas e 30 minutos.

1.3 — ENCERRAMENTO**2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES**

— Do Senador Aureo Mello, pronunciado na sessão de 6-11-91

— Do Senador Esperidião Amin, pronunciado na sessão de 19-12-91

3 — MESA DIRETORA**4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 4ª Sessão, em 16 de janeiro de 1992****3ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura**

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Alexandre Costa e Lucídio Portella

ÀS 14 H 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Eptácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Lavoisier Maia — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronan Tito — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 47 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente. É lido o seguinte

EXPEDIENTE**MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

MENSAGEM Nº 144, DE 1992
(Nº 21/92, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal
Nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor **ARMANDO DE BRITO**, para exercer o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada ao Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, decorrente da aposentadoria do Ministro Marco Aurélio Prates de Macedo.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo *curriculum vitae*.

Brasília — DF, 14 de janeiro de 1992. — **Fernando Collor**

1 — Armando de Brito**CURRÍCULO DE VIDA****2 — Cargos e atividades que Exerce/Exerceu**

2.1 — Jornalista Profissional. Redator do “Diário de Notícias” do Rio de Janeiro desde 1950; editorialista especializado em assuntos sociais do trabalho e previdência, 1950/75.

2.2 — Procurador da Justiça do Trabalho, ingressando no Ministério Público em 1960 e promovido aos cargos de 1ª Categoria em 3-12-1971 e a Subprocuradoria-Geral em 14-7-87, todas por merecimento;

2.3 — Ex-Consultor contratado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

2.4 — Professor adjunto da Universidade de Brasília (Departamento de Direito), 1970/74;

2.5 — Editor do “Diário de Brasília”, 1973/1974;

2.6 — Autor do “Anuário do Trabalho e Previdência Social” — Editado pela “Editas — Editoras Associadas S/A”, 1973 a 1975.

2.7 — Diretor-Coordenador da Divisão de Ciências Sociais do Trabalho no DCE do Centro Nacional de Realismo Social Pro Deo e Professor dos Cursos da Instituição, 1960/1964;

2.8 — Autor de trabalhos jurídicos para os Cursos de Legislação Social do “Boletim Cambial”, dirigido por Evaristo de Moraes Filho.

2.9 — Coordenador Editorial da “Revista do Ministério Público do Trabalho”, desde 6-6-90;

3.0 — Escolhido pelo C. TST para compor lista tríplice na indicação para representante do MPT, em 1990, tendo o seu nome incluído em primeiro lugar (xerox anexa).

4.0 — Escolhido pelo C. TST para compor lista tríplice na indicação para representante do MPT, em 1991, tendo o seu nome incluído em primeiro lugar (nota anexa).

3 — Funções no Ministério Público

— Estagiário na Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho — 1955

3.1 — Assistente de Gabinete do Procurador-Geral da Justiça do Trabalho (1961 — agosto de 1963);

3.2 — Membro da Comissão da Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho designada para elaborar sugestões do órgão sobre o anteprojeto do Código Judiciário do Trabalho, 1963;

3.3 — Funções próprias do cargo na Procuradoria do Trabalho da 1ª Região, G.B., seja exarando pareceres, seja atuando perante o Tribunal Regional e o Tribunal Superior do Trabalho, presidindo eleições sindicais e instaurando dissídios ex-offício;

3.4 — Membro da Comissão Elaboradora da Lei Orgânica do Ministério Público do Trabalho; 1975;

3.5 — Representante do Governo na Comissão de Promoções do Órgão (1982 a 1986).

3.6 — Presidente ou membro integrante de diversas comissões de estudos de Projeto de Lei Complementar do Ministério Público, a última das quais, designado pelo Presidente da Associação do Ministério Público do Trabalho (11-7-89);

3.7 — Substituto do Procurador-Geral do Trabalho, com sucessivos exercícios da substituição, o último dos quais em 23-12-88, por ato do Procurador-Geral da República;

OBS. — Exerceu funções relevantes na Administração Pública Federal, sem prejuízo das atividades como procurador, só se afastando do exercício das atribuições no MPT nos períodos de 1964 a 1965; de 1969 a 1972 e de 1985, a

maio de 1987, num total de seis anos, do período de quase 30 anos na carreira.

4 — Cargos e Atividades no antigo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

4.1 — Designado substituto do Ministro do Trabalho pelo Decreto de 9-6-72, publicado no D.O., de 12-6-72;

4.2 — Ministro Interino do Trabalho pelo Decreto de 24-5-1971, publicado no DO, de 25-5-71;

4.3 — Membro do Conselho Deliberativo do Projeto Rondon pelo Aviso nº 3.029, de 19-1-71;

4.4 — Ministro Interino do Trabalho pelo Decreto de 1º-6-70, publicado no DO, de 2-6-70;

4.5 — Ministro interino do Trabalho pelo Decreto de 6-4-70, publicado no DO, de 7-4-70.

4.6 — Bolsista, escolhido pela Organização Internacional do Trabalho para realizar curso do Bureau Internacional de Estudos Sociais, em Genebra, distinção da qual declinou por impedimento de ordem particular, em 1975;

4.7 — Secretário-Geral do Ministério do Trabalho e Previdência Social, pelo Decreto s/n, de 6-11-69, Diário Oficial, de 7-11-69, cargo no qual permaneceu até setembro de 1972;

4.8 — Designado Presidente do Conselho Administrativo do Programa Especial de Bolsas de Estudo, pela Portaria nº 1.228, de 27-11-67;

4.9 — Presidente Fundador do Conselho Superior do Trabalho Marítimo (4-1º-65).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

AVISO DO SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Aviso nº 37/92, de 15 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 714, de 1991, de autoria do Senador Humberto Lucena.

(Encaminhe-se cópia ao requerente.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, expediente do Parlamento Latino-Americano que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
Grupo Brasileiro**

Brasília-DF., 14 de janeiro de 1992

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para lembrar os nomes dos Parlamentares que estarão ausentes do Congresso Nacional em missão oficial, nos próximos dias 23, 24, 25 e 26 de janeiro, quanto estarão representando o Brasil na Reunião da Junta Diretiva, Comissão de Meio Ambiente e Dívida Externa do Parlamento Latino Americano em San Domingo, República Dominicana:

— Senador RONAN TITO

— Senador NELSON CARNEIRO

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente. — Senador Ronan Tito, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 145, de 1992 (nº 775/91, na origem), de 19 de dezembro passado, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para que a União possa contratar operação de crédito externo no valor de até quatro bilhões, quatrocentos e sete milhões de reais, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, iniciando sua tramitação em 17 de fevereiro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Através do Ofício nº 172/91, de 19 de dezembro passado, o Presidente do Supremo Tribunal Federal comunica que, em sessão plenária, realizada no dia 18 de dezembro passado, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 504-9, aquele Tribunal deferiu a medida cautelar para suspender a eficácia do art. 29 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência recebeu o Aviso nº 2.066/91, de 27 de dezembro passado, do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, encaminhando cópia do documento da despesa relativa ao terceiro pagamento por conta do contrato celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Citibank N.A., no valor de trezentos e trinta mil dólares americanos, devidos no período de 1989/1990.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 4, DE 1992

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo publicado no jornal *Correio Braziliense* sob o título "Índios já ameaçam soberania nacional", edição de 16-1-92.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1992. — **Rachid Saldaña Derzi.**

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O requerimento lido vai à Mesa Diretora para decisão.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Beni Veras — Coutinho Jorge — Eduardo Suplicy — Gerson Camata — Hydekel Freitas — Jonas Pinheiro — Júlio Campos — Márcio Lacerda — Onofre Quinan — Elodir Melo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Congresso Nacional começa a fazer a sua parte em relação aos desdobramentos do problema da seca no Nordeste. O Senador Mauro Benevides deixou as suas tarefas de Presidente da Casa e, na sessão de segunda-feira, veio fazer um discurso alertando nacionalmente para a dramaticidade do quadro.

S. Exª foi apartado pelos Senadores Humberto Lucena, Magno Bacelar e Amazonino Mendes, que se mostraram soli-

dários diante do problema nordestino. Depois, ouviu-se a palavra do Senador Mansueto de Lavor. Não estou aqui hoje, Sr. Presidente, para repetir a V. Exª tudo o que já foi dito, não quero ensinar o padre-nosso ao vigário. Até porque todos os que aqui estão, hoje, no Senado, conhecem essa longa história do nordeste, tão repetida, que desde 1987, quando Dom Pedro II declarou que iria vender as jóias da Coroa para atender aos nordestinos, se fala na seca do Nordeste.

Creio, entretanto, que ao Congresso não cabe outra tarefa senão esta. Pode ser repetitiva, pode ser constrangedora, pode ser, de certa maneira, monótona para alguns ouvidos, principalmente àquelas pessoas mais insensíveis.

Mas, o que cabe ao Congresso Nacional? Cabe a um Senador do Nordeste, na hora em que o homem da sua região estiver passando fome, vir à tribuna clamar por medidas, pelo menos emergenciais, já que as outras providências mais permanentes, de obras duradouras, nunca foram tomadas.

Venho hoje, Sr. Presidente, possuído daquela mesma indignação que trouxe aqui o Senador Mauro Benevides, o Senador Mansueto de Lavor e que, há muitos anos, trouxe homens como José Augusto Bezerra de Medeiros, à tribuna da Câmara Federal, Eloy de Souza à tribuna do Senado, clamando por providências em favor do Nordeste. Na verdade, o Governo Federal continua a apresentar, agora de maneira mais acentuada, a mesma insensibilidade com relação a esse problema.

Hoje, passamos a manhã toda, 40 Deputados e Senadores do Nordeste, reunidos novamente. Foi uma reunião que terminou se transformando em autocrítica, mas, pelo menos, formou-se uma nova comissão. Já existe uma nova comissão para tratar da seca do Nordeste. São 10 parlamentares titulares, Senadores e Deputados, e 10 suplentes. Vão, em primeiro lugar, ao Presidente da República, lembrar a Sua Excelência, que já foi Governador de Alagoas, que a sua região está vivendo dias difíceis e penosos. Vão pedir ao Presidente da República que presida uma reunião da Sudene, que convoque os governadores e que tome providências com relação a essa situação.

Sr. Presidente, creio que, como dizia Fernando Pessoa: "Tudo vale a pena se a alma não é pequena". Nós nordestinos, principalmente aqueles que estão aqui, detentores de um mandato popular, estamos fazendo o que podemos. Até quando faremos isso? Creio que até que o Nordeste se torne a região prometida, e pudermos aproveitar toda a sua potencialidade econômica, que é exuberante. Enquanto isso não ocorrer, enquanto crianças continuarem a morrer de fome e famílias na situação em que se encontram, temos e vamos fazer isso.

No entanto, não podemos mais tolerar que sejamos confundidos com os industriais da seca, não podemos mais tolerar o que se prenuncia agora no ano político: uma distribuição de cestas básicas presa a um clientelismo político o mais abjeto possível. Precisamos criar uma coordenação, uma comissão que imponha critérios de seriedade à distribuição desses alimentos.

O Sr. Magno Bacelar — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Ouço V. Exª com muito prazer, Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Garibaldi Alves, V. Exª iniciou suas palavras dizendo que os nossos reclamos podem parecer para alguém uma cantilena, mas, na verdade, estamos cumprindo nossa obrigação de chamar a atenção das

autoridades para o que vem ocorrendo com relação ao Nordeste. Quero parabenizá-lo pela coragem de voltar à tribuna e reforçar o apelo feito pelo Senador Mauro Benevides. Infelizmente, não fui avisado da primeira reunião hoje pela manhã, mas estarei a postos para colaborar e elevar a voz em favor do povo nordestino, que vem sendo tratado como indigente pelas autoridades, uma indigência que é causada exatamente por falta de providências do Governo Federal. Quando me manifestei, em relação ao pronunciamento do Senador Mauro Benevides, falava exatamente sobre isso: não são as cestas, não é o clientelismo que vai resolver os nossos problemas, e, sim, medidas mais sérias que realmente atinjam os objetivos, isentos desse caráter político clientelista a que V. Exª se referiu. Cumprimento-o e me solidarizo mais uma vez com V. Exª pela oportunidade do seu discurso e pela coragem de vir aqui, em nome dos Estados que representamos, reclamar pelos nossos direitos. Obrigado a V. Exª

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Agradeço, Senador Magno Bacelar. V. Exª tem se mostrado um representante muito atento da região nordestina. E, agora, o seu Estado, o Maranhão, passa a viver o mesmo drama de Estados antes mais atingidos pela seca. O Maranhão parece estar vivendo o mesmo quadro este ano, segundo depoimento do próprio Governador Edison Lobão.

O Sr. Lavoisier Maia — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Com muita honra, nobre Senador Lavoisier Maia.

O Sr. Lavoisier Maia — Senador Garibaldi Alves Filho, quero, com estas minhas palavras, prestar uma solidariedade a V. Exª nesta hora em que, como nordestino, V. Exª ocupa a tribuna do Senado Federal para novamente falar sobre as dificuldades em que vive aquela região. Também já o fiz várias vezes aqui. Toda vez que eu volto ao Estado e toda vez que eu vou ao interior vêm as reclamações: "Senador, fale por nós no Senado da República. Reclame, grite, porque além de ser sua obrigação, V. Exª conhece o quadro real de abandono em que vive a população nordestina". E hoje é pior do que ontem; a situação se agrava a cada dia, a cada mês, a cada ano que passa. Eptácio Pessoa, um Presidente nordestino, com José Américo de Almeida no Ministério de Viação e Obras Públicas, fez uma política agressiva de ajudagem, lá no Nordeste brasileiro, que deu resultados. E de lá para cá, a situação fica cada vez mais difícil; entra presidente nordestino, sai presidente nordestino e a situação do Nordeste continua cada vez pior. O atual Presidente viveu o drama recentemente, quando Governador de Alagoas. Sua Excelência, que, durante a campanha, dizia "cobras e lagartos" do ex-Presidente José Sarney, acusava-o de ter abandonado o Nordeste, está fazendo muitas vezes pior do que o ex-Presidente José Sarney, porque não está tomando providência nenhuma. O campo está completamente abandonado no Nordeste; não vemos mais agricultor. Antigamente havia um financiamento do Banco do Brasil que hoje não existe mais. Os agricultores têm medo de ir ao Banco do Brasil. Portanto, o Presidente Fernando Collor de Mello está sendo o pior Presidente para o Nordeste brasileiro. Será que Sua Excelência pode recuperar a sua imagem? Sim, se Sua Excelência quiser, se tiver a vontade política de se recuperar. O Presidente é nordestino e conhece, como nós, a situação do nosso povo. Há a iniciativa feliz do Senador Mauro Benevides, Presidente do Congresso, de ir ao Palácio do Planalto, suprapartida-

riamente, sugerir que o Presidente vá à Sudene, onde Sua Excelência nunca foi nesses dois anos de mandato. Todos os outros presidentes iam sempre à Sudene com todo o seu Ministério. Lembro-me que o ex-Presidente Figueiredo foi à Sudene com todo o seu Ministério e fez muita coisa pelo Nordeste — quero que se faça justiça nesta hora — através do Ministro Mário Davi Andreazza, um gaúcho que vestiu a camisa do Nordeste e fez muito pela região. V. Exª sabe disso. Que o Presidente Fernando Collor convoque os governadores, convoque a classe política para ver se pode fazer alguma coisa pelo Nordeste. Do contrário, será exatamente o que a imprensa está falando e o povo fazendo coro: o Nordeste é outro país; o país dos pobres. Potencialmente, o Nordeste é rico; é superavitário na balança de pagamentos. Temos que viver com as próprias pernas, já que o Presidente abandonou o Nordeste. Senador Garibaldi Alves Filho, estou com V. Exª nessa luta em favor dos nossos irmãos que estão morrendo de fome e de sede no interior do Rio Grande do Norte e do Nordeste brasileiro. Em boa hora, V. Exª ocupa a tribuna, e faça minhas as suas palavras: vamos nos unir à Bancada nordestina para ver se minimizamos o sofrimento do povo daquela região. Parabéns a V. Exª

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Agradeço, Senador Lavoisier Maia, V. Exª que teve oportunidade de visitar agora o Rio Grande do Norte, o interior do Estado, sabe que estou aqui movido pelo mesmo sentimento de V. Exª. As pessoas cobram uma ação do parlamentar que tem diante de si essa alternativa: ocupar a tribuna do Congresso, procurar vencer pelo cansaço; procurar alertar as autoridades, mesmo que isso possa parecer — como disse o Senador Magno Bacelar — uma velha cantilena secular; mesmo que possa parecer uma demonstração de fraqueza de uma região que vive de pires na mão, mas os Senadores aqui sabem que somente o meu Estado o nosso Estado produz, por dia, 102 mil barris de petróleo.

O Sr. Valmir Campelo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não, nobre Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo — Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, gostaria de cumprimentar V. Exª pelo tema que traz nesta tarde ao Senado Federal. Não sou Senador pelo Nordeste, mas sou nordestino e me orgulho muito disso. Conheço o sofrimento, conheço os problemas do meu povo, pois vivi boa parte de minha vida no Nordeste e sei das suas dificuldades. Este é um tema atualizado, que deve permanentemente ser tratado, até que as autoridades possam compreender o problema, sensibilizarem-se e, pelo menos, minorar os problemas daquele povo. O nordestino é um homem pobre, é um homem sofrido, mas é rico em solidariedade e trabalho, e muito vem ajudando este País, principalmente nos momentos mais difíceis. Nesta oportunidade, quero também parabenizar o Senador Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, por estar trazendo ao debate o Nordeste através de uma comissão, para levar não só ao Presidente da República, mas também a todas as autoridades deste País as reivindicações do povo nordestino. V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho, está de parabéns pelo tema que aborda, nesta tarde, por ser não só um tema do Nordeste, mas também por ser um assunto que deve ser despertado por todos nós que aqui representamos o povo brasileiro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Agradeço o seu aparte, nobre Senador Valmir Campelo. V. Exª não se desligou das suas raízes, vivendo, permanentemente, o drama do nordestino que vem bater à sua porta aqui em Brasília. Eu mesmo já presenciei no seu gabinete uma fila, em que se destacam — diria mesmo — dezenas de nordestinos que vêm procurá-lo nesta Capital. V. Exª sente o drama da migração, das pessoas que deixam o campo do Nordeste, porque lá não conseguem viver.

O Sr. Teotônio Vilela Filho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Ouço o Senador Teotônio Vilela Filho. Inclusive, quero comunicar a V. Exª que eu iria fazer uma sugestão no sentido de que essa comissão, constituída agora, aproveitasse esse magnífico trabalho realizado pela CPI presidida por V. Exª. Aqui estão várias sugestões apresentadas por essa comissão durante aquele trabalho. Ia, realmente, fazer referência a isso, mas sei que, agora, V. Exª vai trazer um depoimento muito mais rico, mais atual através do aparte que lhe concedo neste instante.

O Sr. Teotônio Vilela Filho — Senador Garibaldi Alves Filho, em primeiro lugar, parabênizo V. Exª pela oportunidade, pela propriedade com que trata esse assunto de fundamental importância para o nosso povo nordestino. Como aqui foi dito — e V. Exª, também, no início do seu pronunciamento já o fez — essa cantilena pode parecer cansativa, e o apelo emocional já não sensibiliza o País, acostumado pela versão da mídia a enxergar o Nordeste e os nordestinos como um entulho para esta Nação, como uns eternos pedintes. Também já se discorreu aqui que esses recursos destinados à seca são historicamente desviados, ficando a serviço das oligarquias e de políticos inescrupulosos que manipulam a chamada política da seca, utilizam, na verdade, esse argumento, esse recurso e fazem da seca um instrumento para a manutenção do *status quo* nordestino, pois os senhores detentores do poder têm numa mão a água e na outra o dinheiro. Com isso, mantêm sob um sistema de opressão e de servidão as estruturas sócio-econômica e política do Nordeste. Tem muita verdade nessa história, mas há também profundos equívocos que precisam ser dirimidos. A CPI mista do Congresso Nacional, que tive a honra de presidir, depois de meses, mais precisamente cinco meses de atuação — percorremos mais de 15 mil quilômetros de caatinga, visitamos e conversamos com o sertanejo, com as universidades, com os políticos, autoridades governamentais e, a partir daí, formamos um elenco de sugestões estruturais porque, realmente, o problema do Nordeste é estrutural. A CPI da seca chegou a uma conclusão muito singela e muito clara: o que mata no Nordeste não é a seca; o que mata no Nordeste é a miséria e esta existe antes e depois que as chuvas chegam. Na verdade, não poderemos tratar dessa questão sem nos aprofundarmos nas graves feridas estruturais da questão nordestina. Mas em que pese essas medidas tantas vezes reclamadas aqui no Congresso Nacional — inclusive propostas pela CPI da seca, num documento que foi entregue ao então Presidente da República, nordestino, hoje Senador, José Sarney, e aos Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional — infelizmente, nenhuma repercussão prática, objetiva, conseqüente, foi tomada a partir daí. Estamos novamente às voltas com uma grave seca e com uma gravíssima emergência. No Nordeste, hoje, há gente morrendo de fome e gente morrendo de sede. Falei hoje na reunião: assisti, há uma semana, no Município de Poço das Trincheiras, em Alagoas,

uma mulher com uma criança nos braços disputar uma poça de lama com cabritos e porcos porque não havia um copo d'água, sequer, para ela dar para o seu filho e para si própria.

Este quadro não é diferente de outros Estados, segundo me informaram os parlamentares com quem conversei hoje. Por mais que tenhamos que trabalhar, Senador Garibaldi Alves Filho, na situação, para objetivar medidas estruturais duradouras, concretas, para a questão do Nordeste, nós não podemos perder de vista a situação de emergência. É fundamental que o Governo tome uma providência, porque ao mesmo tempo em que o Presidente da República faz este discurso com o fim de criar recursos paliativos, que não resolvem nada, Sua Excelência também não toma nenhuma medida estrutural. E, na verdade, não é nem uma coisa nem outra. E o Nordeste, mais uma vez, vive um drama terrível. Não custa lembrar, que na seca de 1973 a Igreja fez uma estimativa até hoje nunca contestada, de que quatro milhões de nordestinos morreram naquele período de 73 a 75, na grande seca daquele período. Quatro milhões de nordestino! É um número superior ao de judeus mortos na Segunda grande guerra mundial. Uma calamidade que até hoje a história registra com pesar. Pois bem, isto passou despercebido naquela caatinga cinzenta e distante, de certa forma com a cumplicidade das autoridades, do Congresso Nacional e de todos nós, porque, aí, quero concordar com V. Exª; por mais que possa parecer cansativo, nós sempre temos que reclamar, gritar e exigir para que alguma coisa seja feita. Mas, nobre Senador Garibaldi Alves Filho só para finalizar — eu estou me alongando no aparte — eu gostaria de, rapidamente, ler, aqui, um elenco de recomendações feitas pela CPI. Ninguém preparou relatórios gigantescos. São medidas práticas, simples e concretas mas com repercussão na estrutura do Nordeste, para que fique registrado no pronunciamento de V. Exª. Foram estas as recomendações da CPI da Seca, composta por Deputados e Senadores. Diz a recomendação da CPI:

“RECOMENDAÇÕES

A questão nordestina, pelo que inferimos na Presidência da CPI que investigou os prejuízos causados durante a seca de 1987, nos leva às seguintes recomendações:

1 — Retomada dos programas e projetos de irrigação segundo o cronograma físico dos planos quinquenais de irrigação para o país como um todo e para o Nordeste semi-árido em especial, reorientando-os de acordo com os seguintes princípios:

a) prioridade absoluta para a pequena irrigação, tanto na destinação da água como na implantação da infra-estrutura física;

b) prioridade absoluta para a absorção, em qualquer projeto de irrigação, dos posseiros e trabalhadores rurais desapropriados das áreas a serem irrigadas;

c) prioridade absoluta para a colonização.

2 — Execução do Plano Nacional de Reforma Agrária para o semi-árido, acompanhada das seguintes medidas emergenciais:

a) desapropriação imediata de todas as áreas de conflito;

b) regularização imediata da situação de posseiros em condições de obter título definitivo de propriedade;

c) titulação de terras devolutas.

3 — Vinculação da construção de novos açudes e da perenização de rios no semi-árido do Nordeste ao

aproveitamento social de suas águas, mediante prévia desapropriação de suas margens.

4 — Suspensão temporária dos incentivos fiscais do Fínor Agropecuário, até sua completa reavaliação e reorientação de estratégias e diretrizes. Em hipótese alguma o Fínor Agropecuário poderá permanecer com a sistemática atual de desperdício de recursos públicos. Essa orientação deverá contemplar algumas preocupações e indicações:

a) prioridade para a implantação e consolidação de agroindústrias, sobretudo de aproveitamento de matérias-primas produzidas nos perímetros irrigados;

b) prioridade para a implantação e consolidação de cooperativas agrícolas ou agroindustriais, especialmente nas áreas irrigadas;

c) beneficiamento de médios e pequenos proprietários;

d) exclusão da pecuária de corte das áreas de financiamento do Fundo.

5 — Instituição do seguro agrícola, desvinculado de operações do crédito agrícola convencional.

6 — Extensão de todas as vantagens do crédito agrícola e dos preços mínimos a culturas mais recomendáveis ao clima do semi-árido, como o sorgo.

7 — Extensão do crédito rural a culturas industriais e forrageiras xerófilas para a produção de forragem, óleos, fibras e substâncias industriais no semi-árido.

8 — Apoio creditício para o reflorestamento e formação de bosques arbóreos especialmente nas margens de rios e cursos d'água do semi-árido, como forma de prevenir e conter a erosão, assoreamento de rios e conseqüentes inundações.

9 — Abertura de crédito subsidiado para a construção de cisternas rurais.

10 — Instalação, no semi-árido, de campos e postos avançados de universidades, especialmente as rurais, de institutos de pesquisa e de organismos públicos voltados para a seca. Observe-se, a propósito, que o DNOCS, o principal órgão federal de enfrentamento da seca, tem todas as suas diretorias estaduais localizadas nas capitais: a mais longe do litoral está em Teresina, por acaso e única capital nordestina não litorânea.

11 — Promoção de campanhas educativas de valorização de produtos da flora regional, especialmente de xerófilas, no cardápio alimentar nordestino.

12 — Reestudo das prioridades de investimento público em infra-estrutura física de estradas, energia elétrica e telefonia, que tem tido pouco impacto transformador na vida do homem do semi-árido, mais carente de investimentos sociais em saúde, educação e alimentação.

13 — Promoção de amplo seminário sobre a água no semi-árido, como base para propostas de uma nova política de água para a região.

14 — Promoção de debates com a sociedade nordestina para reformular o currículo e o calendário das escolas do interior do Nordeste, adaptando-se às peculiaridades da região."

Senador Garibaldi Alves Filho, mais uma vez gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, deixando neste aparte a sugestão que farei à comissão que foi criada hoje pela manhã, da qual tive a honra de ser indicado Relator,

de que procuremos, de uma vez por todas, criar condições efetivas para a implementação dessas medidas de impacto na estrutura nordestina. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Teotônio Vilela Filho, é realmente lamentável ver-se, hoje, que um trabalho como esse não foi devidamente observado, não foi levado em conta.

Mas o que desejo, como disse V. Ex^a, é lembrar que esta CPI, fruto de iniciativa do Senador Mauro Benevides, realmente abriu caminhos para uma nova visão do problema do Nordeste nos nossos dias.

O Sr. Elcio Álvares — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não, nobre Senador Elcio Álvares.

O Sr. Elcio Álvares — O tema que V. Ex^a está trazendo à tribuna não é regional. Diria, hoje, que o problema da seca é um problema nacional. O discurso pronunciado pelo Senador Mauro Benevides, da mais alta importância, tanto que foi a peça inaugural desta convocação extraordinária do Senado, pintou com objetividade, clareza e com alto espírito de conhecedor do problema, aquilo que realmente é o grande drama da seca. Não somos de Estados nordestinos, o Espírito Santo é um Estado litorâneo, Estado de muitas águas, e que de vez em quando assoma ao noticiário em razão exatamente da grande incidência de chuvas. O Espírito Santo é um Estado que eu diria, nesta geografia extraordinária do Brasil, privilegiado — temos que trazer, neste momento, não a palavra de solidariedade dos nossos representantes nesta Casa, mas aquilo que considero a participação de todos os brasileiros num problema que não pertence ao Nordeste, mas é um problema do País. O retrato da seca, feito pelos grandes escritores que já se ocuparam do tema — a terra calcinada, os animais escanzelados, choca aqueles que não vivem o problema mas efetivamente os representantes do Nordeste. E V. Ex^a, agora, assume a condição de ser porta-voz dessa grande legião de brasileiros que sofrem as intempéries do tempo. V. Ex^a realiza um discurso que também é uma convocação. O pronunciamento do Presidente Mauro Benevides colocou o Senado exatamente na sua verdadeira posição. O Senado da República tem que assumir a condução dos grandes problemas nacionais. Não importam somente os problemas políticos, importa, isto sim, a problemática social. Acho que naquele momento em que a voz do nosso Presidente ecoou no seu Estado com uma extraordinária repercussão, ela também teve o condão de irmanar todos aqueles que têm a exata compreensão do problema que V. Ex^a está relatando. Portanto, o Governo deve se conscientizar, no momento em que se erguem vozes, como a de V. Ex^a e a de tantos representantes aqui da região nordestina. É imperativa uma medida de urgência: a convocação da Sudene, com a participação do Presidente, ou outra medida qualquer, desde que surja um programa efetivo em favor da seca nordestina. Infelizmente, o Brasil é um País episódial, vive o instante. No momento em que há um problema, todo mundo se solidariza, as campanhas ganham a proteção das mídias eletrônicas e escritas, mas, depois que passa o fenômeno, há o esquecimento natural e as coisas vão caindo no lugar comum, fazendo com que um problema cíclico, como a seca, reacenda, aqui, sempre, através das palavras dos representantes do Nordeste, mas muito mais — aí o lado grave — a incuria dos administradores,

que não têm a previsão do futuro. Então, nesse instante, compreendendo totalmente o problema, com a visão da seca, que é um problema nacional, trazemos a nossa palavra, não a palavra da solidariedade, apenas fomentada neste momento, através de discurso de V. Exª, mas a compreensão que todo brasileiro deve ter, que o problema da seca não é regional, mas um problema que desafia, acima de tudo, a capacidade de governar dos dirigentes do País.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Elcio Álvares, V. Exª tem toda a razão quando diz que o problema do Nordeste é um problema nacional. Infelizmente, ainda temos pessoas em nosso País com uma mentalidade diferente. Quando ouço V. Exª falar dessa maneira, fico mais otimista. Creio que essa mudança de mentalidade tem que se operar. Vossa Excelência vai nos prestar um enorme serviço, na medida em que, na qualidade de Senador da República, representante de um Estado como o Espírito Santo, vem trazer, não a solidariedade — como disse V. Exª —, mas uma nova compreensão sobre o problema do Nordeste.

Agradeço muito a V. Exª, Senador Elcio Álvares.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Ouço o nobre Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador, V. Exª neste momento está ferindo uma corda muito importante dessa sinfonia brasileira desafinada. O meu conterrâneo Juscelino Kubitschek, quando assumiu a Presidência da República, teve uma preocupação enorme com o Nordeste, e criou, com Celso Furtado, a Sudene. Naquele momento, penso que a atitude do Presidente Juscelino Kubitschek era a necessária e suficiente. Isso ocorreu em 1956. Quantos anos temos desde esse fato e qual a evolução que se teve? Diria que a Sudene não evoluiu, mas involuiu. Tive a oportunidade, no dia 18 de abril de 1988, de fazer um pronunciamento desta tribuna, em que lançava a idéia da privatização, mas com dinheiro carimbado para a reaplicação desses recursos em áreas de atendimentos de urgência. E o primeiro capítulo do emprego desse dinheiro da privatização, eu destinaria para o Nordeste. Mas não em atividades que eu diria elitistas, que empregam poucas pessoas, intensivas no emprego do capital e pouco intensivas no emprego da mão-de-obra. Eu pensava — e penso ainda — que as sobras do rio São Francisco têm que ser bombeadas para perenizar os rios do Nordeste. Mais do que isso: tem-se que criar um programa de irrigação do Nordeste. Muitos poderão estar rindo aqui... Eu sou da terra de Juscelino. Que culpa eu tenho? Este Brasil é grande e lá no coração do Brasil, em Minas, se sente muito mais o pulsar deste País. E não se resolvem problemas enormes deste País se não for com verbas enormes. Esse projeto custa 12 bilhões de dólares. O que é isso para este Brasil, que tem um PIB de 400 bilhões de dólares? Eu sei que muitos nordestinos se satisfazem com a migalha dos incentivos fiscais. São permanentemente roubados através do sistema tributário, mas se satisfazem. Por quê? Porque alguns de suas famílias, de seus clãs, recebem os incentivos e aplicam por lá. Enquanto isso, o povo nordestino está vivendo numa miséria que se pereniza. Os Estados Unidos da América do Norte têm um estado que é conhecido pela sua riqueza e que fornece legumes para todos os Estados Unidos da América do Norte e suco de laranja para o mundo. Eu me refiro àquela região extraordinária da Califórnia. Sabem que na Califórnia não chove nunca? Sabem os que fizeram

os norte-americanos? Eles canalizaram diversos tubulões de um metro de diâmetro de Nebraska para a Califórnia. Sabem quantos quilômetros? São 1.200 quilômetros de canalização. Nós poderíamos fazer um bombeamento e tudo mais poderia descer pelo Nordeste, criando condições de agricultura irrigada, de fruticultura tropical para exportação para toda a Europa. Mas continuamos satisfeitos e felizes porque dão uma migalha, uma miséria de um incentivo fiscal que é dado ao Nordeste. Irrito-me também porque tenho dentro do meu Estado, o Estado que tenho obrigação de representar aqui, uma área grande, o Norte de Minas Gerais, que também sofre dos mesmos problemas da seca. Não existe nenhum país da extensão territorial do Brasil, de mais de oito milhões de quilômetros quadrados, que não tenha uma área onde não chova nunca. Na Austrália, nobre Senador, em mais de 60% da sua área não chove nunca. E lá não existem esses problemas, porque a administração pública zela e cuida disso com seriedade. Aqui há a incúria. Infelizmente, ela é uma constante no poder central. Esse poder que já está desmoronando; esse presidencialismo imperial, que não pode mais continuar. Vejam o Nordeste, que é uma grande, é uma enorme e rica Região. O Nordeste tem petróleo, tem uma série de minerais, tem um povo laborioso, extraordinário, que fornece mão-de-obra, inclusive, para o desenvolvimento de São Paulo. Mas não pode ficar apenas como fornecedora de mão-de-obra. E não podemos também nos satisfazer em virmos aqui para desabafar sobre os problemas agudos da seca. Temos que fazer um grande projeto, porque grande é a região, grande é aquele povo, e grande é a necessidade. Gostei muito de ouvir aqui dizer que as secas do Nordeste não são problemas do Nordeste, são problemas do Brasil. Assim como os problemas da Amazônia não são problemas da Amazônia, mas do Brasil. Enquanto não assumirmos isso e ficarmos mandando migalhas para a Sudene e dizendo: vocês têm esses incentivos fiscais, resolvam o problema! Tudo vai continuar como está. Mas, a esperança renasce a cada ano, neste País, que tem como profissão a esperança. Ela renasce quando homem do talento de V. Exª e de outros Senadores que representam o Nordeste, nesta Casa, tenho a certeza, irão brigar, irão lutar para mudar este estado de coisas, para criar condições de infra-estrutura para que a intempérie, que virá, não assole e não machuque tanto os nossos irmãos nordestinos. Agradeço a V. Exª pela oportunidade que me dá, deste aparte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Agradeço ao Senador Ronan Tito. Sei que V. Exª conhece, de perto, os nossos problemas, tendo em vista a realidade do Norte de Minas Gerais. V. Exª tem razão. É preciso pensar de outra maneira os problemas do Nordeste.

Precisamos ter uma visão de futuro e não ficarmos presos a esse passado de distribuição de migalhas, por ocasião dos períodos de secas.

Gostaria, Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, de agradecer a compreensão demonstrada durante este discurso.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Ouço V. Exª

O Sr. Francisco Rollemberg — Senador Garibaldi Alves Filho, era meu propósito este ano não ocupar a tribuna em nenhum instante para discutir o problema da seca do Nordeste, porque há vinte anos faço isto nesta Casa. Comecei a discutir quando aqui cheguei, por inspiração do então Senador Arnon de Mello, pai do nosso Presidente da República, ao ser criada

a Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste. Naquela oportunidade me foi dada a missão de estudar a problemática de saúde daquela região. Outros estudaram o Nordeste nas suas diversas facetas e as conclusões em nada diferem das conclusões da recente CPI presidida, de uma maneira tão brilhante, pelo eminente Senador Teotônio Vilela Filho. Veja Senador, os estudos existem de longo tempo. As propostas estão à mesa e todos nós sabemos o que é necessário fazer para a redenção do Nordeste. Senador, o problema da seca, a mim, fala de uma maneira toda especial. Foi a seca que de, uma certa forma, violentou a minha infância. Recordo-me bem que uma tarde, indo para a loja de meu pai, na cidade de Laranjeiras, vi que o comércio estava invadido de retirantes, homens e mulheres esqueléticos, carregando seus trapos, seus cabritos, pedindo esmolas, querendo vender alguma coisa. Foi o meu primeiro contato com a miséria humana. Nessa mesma tarde assisti uma senhora sentar-se às portas da loja de meu pai e tive o meu primeiro contato visual com o corpo feminino. Vi quando ela abriu a blusa, e, pela primeira vez, vi um seio de mulher, com o tórax esquelético. Assisti a ela trazer uma criança para mamar em seu seio. A criança não mamou mais o seu leite, mamou o seu sangue, e ela morreu na porta da casa do meu pai.

Assistir a algumas mortes, cresci vendo o problema da seca. Cheguei a esta Casa e decidi-me a isso dedicar. Saí como Deputado para o Salt River Project, em Arizona, nos Estados Unidos onde, fiz o curso de irrigação e aproveitamento de terras áridas. Viajei para o México para também estudar irrigação e aproveitamento de terras áridas na cidade de Sinaloa. Preguei e venho pregando uma política de convivência com o semi-árido. Tenho conversado com o Presidente desde que cheguei a esta Casa. Tenho procurado sensibilizar, com a pouca experiência e com a larga vivência de homem do Nordeste. Os estudos pedológicos aí estão, as propostas aí estão. Mas, Sr. Senador, até hoje, não veio uma decisão política de se dar àquela região a atenção que ela necessita de uma maneira permanente e não ocasional, senão quando ocorre a seca. Recordo-me que, na seca passada, em visitando as margens do rio São Francisco, que paradoxalmente é a região mais árida do meu Estado, mulheres me procuraram e pediram-me "Deputado, emprega meu filho e meu marido no "magrinu" para que eles possam ganhar alguma coisa". Não sabia que "magrinu" eram as frentes de trabalho que já tinham sido apelidadas, na minha terra, de magros e nus, porque eram homens esqueléticos, famintos e esfarrapados que empunhavam uma enxada, uma picareta para abrir estradas, onde ninguém iria transitar; fazer pequenos poços, onde jamais se acumularia água, com o propósito tão-somente de não se dar gratuitamente uma cesta básica, alguma roupa, atenção. Ora, Sr. Senador, são os magros e nus do Nordeste que, neste instante, querem dizer ao Senhor Presidente que continuam existindo, morrendo como morreram quatro milhões na seca passada, mas fazem esse apelo ao Senhor Presidente da República, que é nordestino como eles, que teve um pai nesta Casa que criou uma Comissão para estudar esse problema, que volte os seus olhos o quanto antes para que o Brasil veja o Nordeste de uma maneira toda especial, e se evite mais um genocídio naquela região. Daí por que, Sr. Senador, rompo o meu propósito, que não era de omissão mas de amargura, de não falar sobre a seca no Senado Federal, para dizer à V. Exª e aos Senadores que o apartearam, que me somo nesta luta, na esperança e na doce ilusão de um dia ver, antes de partir, alguma coisa feita de concreto pela

nossa região, pelo nosso povo, pela nossa gente, que outra coisa não tem sido senão um fornecedor de mão-de-obra para o Sul, fornecedor de mão-de-obra para morrer na Amazônia no tempo dos seringais, na Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Agradeço a V. Exª pelo aparte que me concedo, felicito-o pelo seu pronunciamento e à sua ação eu me somo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Eu é que agradeço a V. Exª e, me congratulo comigo mesmo por ter realmente dado a V. Exª oportunidade de desabafar. V. Exª que disse que não mais trataria do problema, pelo menos, nesse momento.

Senador Francisco Rollemberg, V. Exª tem razão para desanimar. E eu só não quero ter a mesma sorte e o mesmo destino de V. Exª, parece que vou ter de uma forma mais precoce, eu não sei se vou ter esse ânimo e essa fibra de V. Exª de passar todos esses anos aqui cobrando providências, esclarecendo sobre os problemas da região. Eu não sei se eu teria ou se terei a mesma determinação, a mesma fibra que V. Exª demonstrou.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Garibaldi Alves Filho, como Líder do Governo, em Exercício, eu não poderia deixar de, como nordestino, apartear e, em grande parte, solidarizar-me com V. Exª. Mas quero deixar claro que essas coisas que aconteceram e estão agora acontecendo no Nordeste não são culpa do atual Presidente da República. Toda vez, Senador Garibaldi Alves Filho, que falo do Nordeste, reivindicando as coisas para esta região, principalmente para Pernambuco, Estado que represento, lembro a figura lendária, no meu entender, do maior Ministro do Governo Getúlio Vargas, o paraibano José Américo de Almeida. Ele dizia: "O Nordeste não precisa de esmola. O Nordeste precisa apenas viabilizar o rio São Francisco, os açudes e seus barreiros para molhar as terras calcinadas pelas secas, para tornar-se a Califórnia da América do Sul, abastecendo o Brasil e exportando para o mundo". Isso, Senador Garibaldi Alves Filho, pelos idos de 1930 e 1939. Se essas palavras proféticas de José Américo de Almeida tivessem sido observadas, pelo menos, em parte, pelos governos que se sucederam, teríamos essa Califórnia, hoje. V. Exª sabe que no Estado de Israel, na parte de irrigação, um hectare custa mais de 50 mil dólares. Eles trazem a água do rio Jordão, lá no sul da Galiléia, para o norte, até o deserto Negeu. E V. Exª, se não conhece o Estado de Israel, saiba que lá existe um jardim no deserto, é a água e o clima. No Estado da Califórnia — como muito bem disse o Senador Ronan Tito — um hectare de terra custa mais de 34 mil dólares para a irrigação, com sua infra-estrutura. No Nordeste, no São Francisco 10 a 11 mil dólares. Temos o exemplo, Senador, da China Continental, que tem um bilhão e cento e cinquenta milhões de habitantes, dez vezes a população do Brasil, onde apenas 18% da sua terra é agricultável. A China é uma terra milenar e cansada, mas planta 14% da sua área um pouco maior do que a nossa, o que significa, Senador, 7,8% da agricultura do Planeta, e consegue alimentar 22% da população da terra. E, nós, no Nordeste, temos o milagre do clima que ninguém tem no mundo. O que falta é decisão política. Nos anos 50, quando era Deputado, a Comissão de Orçamento era comandada pelos nordestinos, a Presidência da Câmara deveria ter tomado uma decisão políti-

ca, não o fez e estamos sofrendo. V. Exª sabe muito bem que foi criada a Sudene para desenvolver aquela região e a maioria dos grandes projetos que deveriam ser de cunho social, com o objetivo de dar emprego, prestigiar o pequeno, o médio e o micro produtor foi completamente desvirtuado. Havia uma barreira intransponível de dificuldades burocráticas para que essa gente se beneficiasse, mas foram os grandes fazendeiros e pecuaristas. Por ocasião da posse do primeiro superintendente da Sudene deste Governo, esse dinheiro foi gasto em grandes áreas de pecuária e não trouxe nenhum benefício social. Isso tem que ser mudado. Este Governo encontrou o caos na Sudene. Graças ao art. 159, que aprovamos neste Congresso, é que temos o FNE. Aproveito o discurso de V. Exª para falar sobre as verbas para micro e pequenos empresários, aprovadas na Sudene. Associo-me a V. Exª no sentido de fazermos um apelo em conjunto com o Banco do Nordeste, para que a Sudene libere imediatamente tais verbas, que lá passam às vezes duas, três semanas e não são cobrados juros nem correção monetária. Hoje, a Sudene cobra a debênture desse projeto e isso recai sobre o pequeno e médio produtor. Todas essas coisas têm que ser ditas, Senador. Penso que V. Exª tem toda razão quando, desta tribuna, reclama da seca e dos fatos que estão acontecendo no Nordeste. Nós, do Congresso, temos que tomar a decisão política, devemos exigir, para mudar esse estado, e só podemos fazê-lo prestigiando o micro, o médio e o pequeno empresário e o pequeno agricultor. As pequenas nações, como Formosa, menor que o Estado da Paraíba, que não possui vinte empresas grandes, a maioria delas é de médios e pequenos empresários. São elas que dão emprego àquela população, hoje, composta de 20 milhões de habitantes. No meu entender, trata-se de uma nação com a maior reserva cambial do Planeta, com 86 bilhões de dólares, que pretende investir no Brasil. Tenho a certeza de que vão investir no Nordeste. Estou fazendo uma viagem com o Governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, e com o Superintendente da Sudene, no dia 27 de fevereiro, para Formosa. Se Deus quiser, com o Congresso Nacional aprovando essa abertura de investimento de capital estrangeiro para o nosso País, Formosa vai investir no Nordeste, no açúcar, e em outras áreas. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento em defesa daquela região esquecida. Porém, nós do Congresso Nacional, temos que ter uma decisão política para fazer do Nordeste aquilo que idealizava José Américo: "a Califórnia da América do Sul".

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Ney Maranhão, a essa altura, o meu discurso já deixou de ser meu. Passou a ser um multirão de vozes que se levantaram aqui de vários Senadores do Nordeste. Não posso ter a pretensão, até para ser fiel às notas taquigráficas, de dizer que esse discurso foi meu. Ele foi de todos aqueles que têm responsabilidade para com essa região e sabem que o problema da seca no Nordeste é secular. Logo, ninguém pode culpar o Presidente Fernando Collor de Mello, na esperança de que Sua Excelência possa receber e ouvir essa comissão. É que depois de cem anos o Brasil é governado por um nordestino chamado Fernando Collor de Mello, que, até agora, não se lembrou de ter uma ação mais incisiva em favor do Nordeste.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Exª um aparte?

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Peço desculpas ao Senador Josaphat Marinho e ouço o aparte do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, o assunto tratado é o alongamento daquela reunião que hoje pela manhã realizávamos em uma das salas do Senado Federal. Naquela ocasião surgiam algumas dúvidas sobre a conveniência ou não da formação dessa comissão proposta pelo Senador cearense Beni Veras. Mas, por fim, preponderou a razão e vimos claramente que é necessário um trabalho de comissão em nome de toda a Bancada nordestina e de todos os Estados do Polígono das Secas, uma comissão que produza uma advertência à sensibilidade presidencial. Não se trata de uma comissão para, outra vez, estudar as causas e efeitos da seca, mesmo porque, como falou o Senador Teotônio Vilela Filho, já houve aqui uma comissão mista que estudou as consequências da seca de 1987 e que teve um brilhante relatório, muito bem endereçado às providências que deveriam ser adotadas, só que o Governo Federal não as adotou de modo algum. Hoje formar uma comissão e analisar outra vez o que já foi estudado, novamente tratar do assunto seca — já tratado — isso não teria sentido. Mas tem sentido o discurso de V. Exª com essa advertência, porque há uma urgência urgentíssima, há um estado de carência, há uma necessidade advinda de uma seca que, desgrazadamente, já está devidamente instalada. No Ceará, por exemplo, essa seca já terá reflexos gravíssimos, independentemente da qualidade do Governo e da seriedade do Governador. O grande problema da seca é que ela é um desafio à má e à boa administração. Ela é um desafio à economia do Estado, esteja a economia bem ou mal. A seca é capaz de transmutar para pior tudo o que acontece numa administração do Estado. Por isso, no Ceará, há uma grande expectativa. O trabalho feito pelo Governo do Estado para equilibrar todos os negócios oficiais, tudo o que tem a intervenção do Estado federado do Ceará, todo esse esforço pode ir por água abaixo exatamente com a desorganização causada por mais uma seca nessa parte do Brasil; seca que produz imediatamente, não apenas a sede, não apenas a fome, mas, também primordialmente, a desorganização social. Quero apoiar as palavras de V. Exª e de todos aqueles que participaram dessa colcha de retalhos, dessa colcha oratória, onde todos entrevistaram de uma maneira clara, de uma maneira objetiva. Eu nem ia intervir, sabedor de que ainda deveria falar o Senador Oziel Carneiro sobre o problema da Previdência. Mas quando soube da desistência do Senador Oziel, não podia deixar o discurso de V. Exª sem o retalho cearense, esta palavra que agora profiro, para que se integre na sua fala de advertência nesta tarde memorável do Senado Federal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Agradeço a V. Exª, Senador Cid Sabóia de Carvalho. Falando sobre o Nordeste, sobre a seca, não poderíamos deixar de ouvir um testemunho como o de V. Exª.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª me concede um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Ouço o nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Senador Garibaldi Alves Filho, quero interferir, mas acentuando que o discurso continua sendo seu, não só por sua iniciativa, mas também pela segurança com que vem tratando do problema da seca no Nordeste. Desejo apenas adiantar a V. Exª que também à

Bahia a seca já chegou. Ainda há poucos dias, a imprensa baiana assinalava que mais de 100 municípios já estão vivendo terríveis dificuldades, sobretudo quanto ao abastecimento de água. O Governador já foi ao encontro desses municípios, dando-lhes a ajuda que pode o Estado. Mas é evidente que, se a situação se agravar ainda uma vez, nós teremos a prova, lamentavelmente, de que as medidas simplesmente ocasionais já não bastam. Há muito tempo já não bastam. É lamentável que, tendo o Sr. José Américo se batido, há mais de 50 anos, em favor do Nordeste, o que há pouco foi posto em relevo, decorrido todo esse tempo, o Nordeste continua não aquela "Califórnia" sonhada. E por que não se transformou? Porque, na realidade, todos os Governos, ao longo desse tempo só acodem ao Nordeste nas horas de dificuldades, na agrura da seca. Não há soluções de caráter permanente, não há soluções planejadas. Cessada a seca, cessa a interferência do Governo e nós, então, temos sempre essa repetição — a repetição da seca, a repetição das reclamações. Parece que já é tempo de que se adotem medidas ordenadas de longo prazo, capazes de operar a transformação que, se sabe, pode realizar-se desde que haja trabalho sério, planejado, ordenado, insusceptível de mudança por critérios políticos ou razões ocasionais. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Nobre Senador, agradeço a V. Ex^a pelo seu aparte. O que dizer mais depois de ouvir as suas palavras, que trazem o depoimento de um homem experiente e que se vê diante do quadro da seca com sentimento de angústia. Nobre Senador Josaphat Marinho, se fomos rebuscar os Anais desta Casa, quantas tardes não terão acontecido, como esta agora? Quantas vezes, Senador Josaphat Marinho, homens do Nordeste, homens públicos não se levantaram para trazer esse mesmo grito? Quantas vezes ainda não se levantarão?

O que creio seja a missão mais importante desta Casa é aquela que acentuei no início: apesar de tudo, estamos aqui, pelo menos trazendo a voz da resistência, pelo menos dizendo que, se as providências não chegaram, não faltaram os clamores dos nordestinos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP, Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, comentar a questão da privatização da Embraer anunciada na segunda-feira pelo Presidente Fernando Collor de Mello. Gostaria de lembrar que a Resolução nº 30/91, aprovada por este Senado em junho último, autorizando a operação de **releending** envolvendo a Empresa Brasileira de Aeronáutica — EMBRAER, e o Banco do Brasil, tem em seu artigo 4º o seguinte texto.

"O edital de eventual licitação para alienação da Embraer será objeto de prévia aprovação pelo Congresso Nacional."

Isso significa que o edital de privatização da Embraer deve passar pela prévia aprovação do Congresso Nacional, conforme a Resolução nº 30, de 1991, publicada no **Diário**

Oficial, da União, em 11 de julho de 1991. E importante que o Poder Executivo tome ciência deste fato; de outra maneira, estará o Governo incidindo em ilegalidade.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero aqui agradecer o envio de informações pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, uma vez que ontem solicitei do Secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, a previsão de renúncia da receita tributária para 1992. Trata-se de informação da maior relevância para o Congresso Nacional no momento em que estamos examinando alternativas de recursos para resolver o problema da Previdência Social. Esses dados denotam, em agosto de 1991, em termos consolidados, qual é o valor da renúncia de receita por parte do Governo Federal em função dos diversos incentivos aprovados pelo Congresso Nacional, por iniciativa do Poder Executivo ou dos Srs. Parlamentares. Neste total não estão incluídos os dados decorrentes das leis que foram aprovadas depois de agosto de 1991. E lembro que somente no mês de dezembro o Congresso Nacional, particularmente o Senado Federal, examinou, apreciou e votou projetos de lei sancionados, depois, pelo Presidente da República, que concediam incentivos fiscais, seja no que diz respeito à Suframa, na Zona Franca de Manaus, seja com relação às exportações e também ao cinema nacional.

Portanto, sem incluir essas três leis e, eventualmente, outra que tenha sido aprovada depois de agosto de 1991, temos que o total dos incentivos fiscais que correspondem à renúncia de impostos decorrentes das diversas leis equivale, segundo a previsão do Ministério da Economia para 1992, a 1,88% do Produto Interno Bruto, ou a 26,6% do total da receita de impostos de 1992.

Com relação ao Imposto de Renda de pessoas jurídicas, o Governo vai renunciar, em 1992, a nada menos do que 47,3% dos impostos que, de outra forma, seriam obtidos pelo Governo.

Em termos de Imposto sobre Produtos Industrializados, do total da receita, 41,82% serão objeto de renúncia fiscal. Idem para 69,85% do total do Imposto de Importação; e do total do IPI vinculado à importação, 59,18%.

É preciso, Srs. Senadores, que o Congresso Nacional tenha consciência do total dessa renúncia fiscal, porque na medida em que somos colocados sob desafio de encontrar recursos para viabilizar o Orçamento da União, temos que levar em conta que, hoje, praticamente 2% do Produto Interno Bruto é destinado à renúncia fiscal, à receita de impostos que o Governo desiste de arrecadar. Isso é da maior importância, no momento em que o próprio Presidente da República convida o Congresso Nacional a apresentar alternativas para resolver o problema do déficit público, com ênfase para a questão da Previdência Social.

Mas, na hora de procurarmos alternativas para resolver o problema da falta de recursos no sentido de não ter mais o déficit da Previdência — inclusive para pagar aquilo que a Justiça está determinando — há que se ter uma idéia completa, a mais clara possível sobre qual o montante da dívida, tanto do setor público, quanto do setor privado, à Previdência Social, ao Instituto Nacional de Seguridade Social. Com esse intuito, solicitei do Sr. Presidente do INSS que me enviasse essa informação. O Sr. José Arnaldo Rossi aquiesceu, e hoje recebi a relação dos devedores da Previdência Social, tanto no que diz respeito à fase administrativa, quanto à fase da procuradoria.

Srs. Senadores, o que me chegou às mãos foram 24 blocos, que correspondem a aproximadamente 12 mil páginas, listan-

do os devedores da Previdência Social, com dados da Dataprev.

Uma vez que não foi explicitado, por parte da Dataprev, o número de devedores, podemos ter uma aproximação através do número de páginas multiplicado pelo número de devedores constante em cada uma delas que é por volta de 10 a 15. Se em cada página houver pelo menos 10 devedores relacionados, chegaremos a um resultado aproximado de cerca de 150 mil devedores da Previdência Social. Infelizmente, a informação de que disponho tem o número do débito, o CGC/CEI, a unidade fiscal, a OL/PL, o valor do débito, mas, em cada página, há um adendo:

“Os valores dos débitos ainda não estão atualizados de acordo com a Lei nº 8.318, de 29 de agosto de 1991.”

E não há a situação referente à inscrição do débito em dívida ativa, se com parcelamento judicial, se em distribuição, em citação etc.

Se, por um lado, gostaria de agradecer a informação que me foi enviada, de outro lado protestarei com respeito à forma como chegou as minhas mãos. Por que razão? Em primeiro lugar, as informações vieram apenas por ordem alfabética, sem separação conforme havia solicitado — era um pedido oral, feito perante a Comissão de Finanças na Câmara e reiterado perante as Comissões de Justiça, Economia e Assuntos Econômicos do Senado, mas havia solicitado que se separasse o total da dívida do setor público e do setor privado.

Pois bem, em primeiro lugar, a relação apenas por ordem alfabética não nos permite saber exatamente qual o total da dívida do setor público e do setor privado. Em segundo lugar, como se registra o valor da época do débito, sem dizer a data, fica inviabilizada a aplicação da Lei nº 8.218, para que possamos fazer a devida correção monetária, e não há por parte da Dataprev, pelo menos na informação que o fechamento por valor histórico, bem como o total da dívida.

Acredito, Srs. Senadores, que esta é uma informação incompleta. O Congresso Nacional não pode trabalhar com dados incompletos. Tive informação, por reportagem na imprensa, pela Rede Bandeirantes de Televisão, por exemplo, de que a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello já, no ano passado, estimou que a dívida dos inadimplentes seria superior a 12 bilhões de dólares. Informou-me a reportagem da revista *Veja* que a própria Dataprev tem uma estimativa, que não posso aqui dar como oficial, porque não me chegou às mãos, de que, no que diz respeito a um tipo de débito, as somas seriam de mais de 5 trilhões de cruzeiros. No que diz respeito a outros tipos de débitos — o primeiro tipo, na fase administrativa, o outro tipo na fase judicial — que haveria um débito superior a 20 trilhões de cruzeiros. Ora, se o valor da inadimplência é muito superior aos 11 trilhões de dívida ou de déficit anunciado pelo Governo, não temos ainda a notícia concreta sobre qual o esforço que o Governo Federal está realizando para acabar com essa inadimplência. Porque, se houver eficácia, se houver eficiência na cobrança dos débitos, tanto do setor público quanto do setor privado, não estaríamos aqui quebrando a cabeça para ver qual a solução que o Governo terá para o caso da Previdência.

O Sr. Guilherme Palmeira — Permite-me V. Exª um aparte?

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Tem V. Exª o aparte, Senador Guilherme Palmeira. Posteriormente, o concederei ao Senador Ney Maranhão.

O Sr. Guilherme Palmeira — Senador Eduardo Supply, mais uma vez quero louvar a eficiência e a dedicação de V. Exª quanto aos grandes problemas nacionais. V. Exª tem realmente demonstrado uma eficiência quase incomum como Parlamentar nesse um ano de mandato. Então, quero congratular-me com V. Exª dando uma prova da sua eficiência quando quase que imediatamente o INSS atende a uma solicitação de V. Exª, numa atitude de querer mostrar a verdade e esclarecer as dúvidas que possam pairar, e que pairam, sobre a Previdência neste momento de dificuldades por que passa o País. V. Exª ainda há pouco fez referência à ajuda que o Governo nos pede solicitando de nós soluções, e acho que nós, Câmara e Senado, temos a obrigação de dar nossa contribuição. Então, precisamos pensar e repensar como encontrar uma solução para os problemas da Previdência e para o País. Precisamos dar a nossa contribuição e não, simplesmente, criticar, destacando o que está errado, o que também é válido. Temos que alertar para tudo isso. Mas até hoje não vilamento por parte das nossas Lideranças, inclusive V. Exª, que é um dos maiores Líderes no Congresso, algo de concreto que possamos oferecer ao Presidente da República. Acho que é a hora de buscarmos soluções. O Presidente da República voltou e reiterou, ontem ou anteontem, num pronunciamento que fez que aguarda uma solução para o problema da Previdência vinda do Congresso. Sua Excelência propôs e, evidentemente, eu disse ontem em aparte ao Senador Albano Franco que o Presidente não quer impor, mas que simplesmente não conseguiu encontrar uma solução para o problema da Previdência. Então, cabe a nós pensarmos, meditarmos e sugerirmos algo concreto, Senador Eduardo Supply. V. Exª, com a sua inteligência privilegiada, com a dedicação que tem ao País e às causas que o afligem, também é co-responsável, como todos nós, pelo que venha a ocorrer. Então, sugeriria a V. Exª, como aos demais Senadores que, com tranqüilidade, oferecêssemos alguma alternativa para a solução dos problemas da Previdência em particular, e para os problemas nacionais, de modo geral. Acredito ser esse o caminho. O grande entendimento, Senador, não é o que o Presidente propôs. Talvez, através das emendas constitucionais, nós é que temos, como parlamentares, uma maneira inclusive de fortalecer o Congresso, nós que somos parlamentaristas — e soube que o Presidente reafirmou que é parlamentarista, apesar de não ter dado aquele apoio que nós reclamávamos à antecipação do plebiscito sobre o parlamentarismo, que não iria alterar coisa nenhuma do seu mandato, é intocável porque foi o povo que o concedeu. Senador Eduardo Supply, precisamos pensar, elaborar e levar ao Presidente uma alternativa para a solução do problema da Previdência Social. Ontem, dizia — também num aparte ao Senador Albano Franco — que durante o desenrolar da elaboração da Constituição de 1988 fiz uma proposta para que a administração da Previdência fosse tripartite, com a participação do empregado, do empregador e da União. Infelizmente, não vingou. Acho que poderia se evitar o que está acontecendo na Previdência. A minha proposta era muito mais clara, com a participação de todas as classes, que dividiriam as responsabilidades. Acho que está na hora de se começar a imaginar uma solução definitiva para a Previdência. Não será só a proposta do Governo, vingando ou não, ou uma solução paliativa que venha a ser adota-

a, não será isso que vai definir os rumos da Previdência Social no País. É evidente que vamos levar — acho importante uma proposta para que o Presidente da República possa adotá-la ou não, mas que ela seja nossa, do Congresso Nacional. Quero mais uma vez congratular-me com o pronunciamento de V. Exª, não só com relação à Previdência mas com todos eles, de uma maneira geral, concernentes aos interesses nacionais.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Agradeço o seu aparte, Senador Guilherme Palmeira. Estou de pleno acordo com o princípio da administração tripartite. Na verdade, o Congresso Nacional aprovou lei que instituiu o Conselho Nacional de Seguridade Social e da Previdência Privada e que, inclusive hoje, teve reunião — talvez ainda estejam reunidos — pelo menos o Sr. José Arnaldo Rossi havia nos informado que hoje, a partir das 10 horas, estariam sendo ouvidos os representantes dos trabalhadores e dos empresários no Conselho Nacional de Seguridade Social.

Lamento que ambos os conselhos tenham se reunido após ter o Executivo elaborado o projeto de lei que enviou ao Congresso e não antes, porque eles já poderiam ter contribuído com sugestões, e acredito que hoje devam ter encaminhado algumas proposições. Também avalio que cabe ao Congresso Nacional responder a esse desafio que é da Nação, que é de todos nós. Então, temos que estudar este assunto.

Para estudar o assunto, a primeira condição é termos a informação adequada, e por essa razão é que fiz a solicitação dessas informações. Primeiro, o valor da renúncia fiscal hoje existente. Esse é um dado fundamental com o qual o Executivo e o Congresso Nacional precisarão trabalhar. Será que é o caso de continuarmos com tanta renúncia fiscal, tendo consciência de que ela soma, praticamente, 2% do Produto Interno Bruto, quase metade do total do Imposto de Renda? Por exemplo, o IPI em valor de 41,8%, de Imposto de Importação quase 70%, IPI vinculado a Imposto de Importação, 59%, Imposto de Renda de pessoa jurídica, 47%.

Quer dizer, são valores muito altos, sendo o valor relativo ao conjunto da inadimplência fundamental. O que precisa o Executivo ter em mãos para cobrar das prefeituras, cobrar de milhares — são 150 mil os devedores, numa primeira estimativa que fiz mas esse número pode ser diferente.

Muitas vezes o Governo está aí a empregar recursos da Caixa Econômica Federal, do BNDES, do Banco do Nordeste do Brasil, e assim por diante. Será que cada uma das empresas que se beneficiam desses empréstimos está quite com a seguridade social? Imagino que isso não poderia ocorrer.

Então, há muitas formas de o Governo, efetivamente, com maior rigor, conseguir canalizar tais recursos e, se o fizer, talvez nós tenhamos meio caminho andado na resolução do problema.

O Sr. Guilherme Palmeira — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — O Senador Ney Maranhão também pediu o aparte.

O Sr. Guilherme Palmeira — Dois minutos só. V. Exª, que dispõe dos dados fornecidos pela Previdência, poderia me dizer o que significam os débitos das prefeituras e dos órgãos públicos para com a Previdência?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Bom, afé que está. Tenho aqui e — se não me engano é o volume nº 19 do bloco —

coloco à sua disposição, mas, conforme disse, não estão somados.

O SR. Elcio Álvares — V. Exª me permite um contra-aparte? É só para esclarecer! O montante é de 11 bilhões de dólares. Praticamente 1/10 da dívida externa brasileira. Foi declarado textualmente o montante do débito, inclusive das estatais.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Então, 11 bilhões de dólares dão mais do que 11 trilhões de cruzeiros.

O Sr. Elcio Álvares — O que é exatamente o montante da discussão.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Daí, a importância dessa informação.

O Sr. Guilherme Palmeira — Os órgãos públicos têm condições de cumprir essa obrigação?

O Sr. Elcio Álvares — Evidentemente que não. Mas deveriam pagar, a partir de agora, rigorosamente em dia. Este é o questionamento.

O Sr. Guilherme Palmeira — É evidente. Acho que deve se partir para um tipo de negociação. Se não houver condição, vão fechar as prefeituras. Era a minha conclusão. Fui prefeito de Maceió há pouco tempo e procurei saldar os débitos. Encontrei uma dívida imensa e negocieei, realmente tentando liquidar esses débitos. Mas, evidentemente, outras não têm condições e, às vezes, as prefeituras maiores devem mais do que as pequenas prefeituras. Então, esse assunto é complexo e temos que desenvolver um trabalho buscando encontrar algum tipo de solução. Até sugeri, permita-me o Senador Eduardo Suplicy, dentro daquilo que já propus, que levássemos ao Presidente da República, algum tipo de solução.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Concedo o aparte a V. Exª, com prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Eduardo Suplicy, no exercício da Liderança do Governo não poderia deixar de apartear-lo, principalmente sendo V. Exª um Senador de Oposição. Mas V. Exª faz uma oposição construtiva, séria, ao Presidente da República. No meu entender, V. Exª é um dos grandes colaboradores do Presidente Fernando Collor, porque procura ver os erros e da tribuna do Senado denuncia, V. Exª que tem o credenciamento de um homem sério, que tem o respeito da Nação e do grande estado que representa nesta Casa. Tinha já admiração por V. Exª, antes mesmo de conhecê-lo, pela luta que teve no Estado de São Paulo, na Câmara de Vereadores, onde acabou com a corrupção, tendo sido até ameaçado, e tendo havido, inclusive, a queima de alguns livros e de alguns documentos. V. Exª está prestando um grande serviço à Nação, ao Brasil e ao Governo. Quero dizer a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, que esse problema da Previdência vem de décadas: de Getúlio, de Dutra, de Juscelino, de Jânio, de Jango, dos governos da ditadura militar, tendo a castanha quebrado nas costas do Presidente Fernando Collor. É a primeira vez na história deste País, Senador Eduardo Suplicy, que os bandidos dos colarinhos brancos estão na cadeia. Considero essa gente pior do que bandidos de morro, porque se valeram do anel no dedo para furtar a Nação. Esses são os piores. E foi no Governo Collor que esse problema do rombo da Previdência foi esclarecido. Agora, Senador, estamos diante de um outro problema, o das

carteiras falsas do Funrural. Esse vai ser também um outro escândalo e vamos apurar quem são os responsáveis. Há também o problema do atraso dos pagamentos à Previdência, que significa hoje, se não me engano, mais de 35% do rombo da Previdência. Em 1990, quando exerci a Liderança do Governo aqui, no lugar do Senador José Ignácio Ferreira apresentei o Projeto nº 66, que se transformou na Resolução nº 58, quando tratamos aqui do endividamento interno dos estados brasileiros. Na época, V. Exª ainda não era Senador. Essa resolução contém um artigo que diz que nenhum estado, município ou estado recebe um tostão do Governo Federal sem estar em dia com a Previdência e com o FGTS. Convenci a Previdência e o Ministro Magri a darem um prazo longo a essas prefeituras, porque muitas vezes os prefeitos que assumem não podem ser responsabilizados pela irresponsabilidade dos que deixaram de pagar a Previdência. O Governo, então, deu um prazo hoje, Senador, de vinte anos. Apenas alertei para que na hora em que se fizesse o convênio com as prefeituras e os estados descontassem das verbas enviadas para que não tivessem amnésia e, depois de receberem os certificados de garantia e as verbas federais, esquecessem de pagar a segunda prestação. V. Exª sabe que a Constituinte também é responsável pelo rombo da Previdência Social, porque diminuiu as contribuições e aumentou os benefícios, sem saber exatamente qual era o rombo e o déficit da Previdência Social, e tudo está estourando agora. Quando o Presidente da República mandou esse projeto — e terei o prazer de debater esse assunto logo depois de V. Exª —, Sua Excelência teve o intuito de cumprir a determinação do Supremo Tribunal Federal. Lei não se discute, cumpre-se. O Presidente Fernando Collor de Mello não tinha condições de convocar as Lideranças, inclusive as do Governo. Tínhamos a certeza absoluta de que não havia nenhuma possibilidade de o Governo convocar o Congresso Nacional. Porém, tendo em vista a decisão dada pelo Supremo Tribunal Federal, o Presidente da República viu-se obrigado a encaminhar 48 horas depois essa lei ao Congresso Nacional, sem ouvir as suas próprias Lideranças, que não estavam presentes, pois não estava prevista uma convocação. Eu mesmo, anteontem, iria viajar para o exterior. No entanto, esse projeto está aí para ser discutido, para ser analisado. Se existem erros, vamos corrigi-los, vamos dar uma solução, mas o Congresso Nacional não pode se omitir. Não pode simplesmente dizer que se trata de um projeto inócuo e fechar a questão. O Presidente Fernando Collor de Mello está pronto para ouvir as propostas. Sua Excelência quer resolver e cumprir aquilo que a Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal decidiram. Esse é o âmago da questão. V. Exª sabe muito bem que quanto a esse problema de informações da Previdência Social o Governo seria incoerente se dissesse a V. Exª ou a qualquer parlamentar que tinha os dados exatos da despesa e da receita. Não os tem, porque esses problemas vêm de longa data, há quase quarenta anos. Fala-se inclusive, Senador Eduardo Suplicy, que o Supremo Tribunal Federal iria decidir essa questão em fevereiro. V. Exª sabe que isso não pode acontecer, essas coisas demoram. Quanto à reforma da Previdência, estão falando em 90, 120 dias, como se um assunto desse, de um órgão desse há mais de 30 anos ainda não conseguiram solucioná-lo, como o farão em 120 dias? Temos é que dar uma solução ao problema. Temos que nos sentar à mesa, o Governo e o Congresso Nacional, e dar a solução, assumindo o seu ônus, porque o que está existindo, permita-me V. Exª ser franco — meu mal é ser franco — é que haverá eleição agora em 92, e

muita gente está recebendo, como eu recebo, como V. Exª, como todos nós, recebemos, ofícios das Câmaras de Vereadores e de toda a sociedade alertando sobre esse aumento da alíquota da Previdência. Temos que assumir esse ônus, o Congresso é o Governo, e dar uma solução definitiva. Como deve ser dada essa solução, Senador Eduardo Suplicy? Creio que no Orçamento, porque, caso contrário, acontecerá aquilo — V. Exª se lembra — que ocorreu com a MP-296, que a Câmara votou contra e depois o funcionalismo ficou contra, cobrando dos Deputados, porque perderam uma parte de seus salários. Esse assunto tem que ser resolvido porque, do contrário, quando não houver verbas para pagar os aposentados, quem vai ser cobrado é o Congresso. Temos que assumir essa grande responsabilidade. Temos que assumir o ônus eleitoral, porque a solução é dada por esses dois Poderes. Congratulo-me com V. Exª pela posição que está adotando, fazendo um alerta à Nação. Tenho certeza que V. Exª, com o espírito público que tem, dará uma grande contribuição para a solução desse problema, que está chamando a atenção de toda a sociedade brasileira.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Senador Ney Maranhão, o Presidente Fernando Collor de Mello solicitou a solidariedade do Congresso Nacional. Pode estar certo o Presidente de que solidariedade existe, por parte do Partido dos Trabalhadores, na defesa do interesse público, na defesa do interesse maior dos trabalhadores brasileiros, no sentido de que possam ser resolvidos os problemas do crescimento social com justiça, com melhoria de distribuição da renda, com a resolução dos problemas daqueles que hoje, por todo o Brasil, clamam pelo seu direito a uma justa aposentadoria.

Em São Paulo, ontem, hoje, e amanhã os aposentados estarão aflitos, porque tiveram a notícia, ao contrário de outros Estados que receberão até os 147% sem, entretanto, uma correção monetária, só porque não teria o IBGE ainda — mas o fará até amanhã, se não me engano — indicado o índice de correção devido para o mês passado.

Gostaria de ressaltar que avalio que a DATAPREV e o INSS, têm essa informação do que a que nos foi enviada. Ainda hoje pretendo comunicar-me com o Instituto Nacional de Seguridade Social, com o próprio Presidente José Arnaldo Rossi e com a DATAPREV, para obter esses dados. O Senador Elcio Álvares, por exemplo, informou-nos há pouco da tribuna que já há uma estimativa da ordem de 11 trilhões de cruzeiros sobre a dívida do setor público. E a parte do setor privado? Então, se há essa estimativa, certamente há uma elaboração, por parte da DATAPREV, uma organização desses dados melhor do que estes aqui, que nos foram enviados por ordem alfabética, para que tenhamos os elementos para uma alternativa. É essencial a informação correta. E o Presidente, que diz não ter nada a esconder, precisa colaborar com o Congresso Nacional, dando-nos a informação que corresponde ao respeito para com os Congressistas. E isso ainda não chegou, espero que possa chegar até amanhã.

O Sr. Elcio Álvares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Elcio Álvares A colocação desse problema da Previdência está sendo feita de forma açodada, evidentemente. Açodada porque o Governo, na iminência da concessão de uma cautelar, de uma medida liminar, jogou o problema por inteiro para exame do Congresso. E eu diria, até certo

ponto, dificultando, sobretudo, a atividade do Senado, porque o Governo consultou o sentimento nacional. Hoje, esse projeto tem o repúdio do sentimento de toda a sociedade brasileira, sejam empregados, aposentados, empresários, e o que vai acontecer? Salvo se, realmente, nesse interregno, até quinta-feira não surgir uma solução, aí, que venha contemporizar o problema. Observem o seguinte. Tudo começa, também, com uma colocação que o Poder Judiciário fez e que precisa ser examinada. Uma sentença perfeita e acabada, em qualquer instância de juízo, principalmente na instância derradeira, para que ela seja executada contra a União, o Estado e o Município, ela tem que obedecer à tramitação processual comum, através dos precatórios. Porque, no caso dos aposentados, com quem todos nós estamos solidários, houve uma inversão na interpretação, *data venia*, dos magistrados que estão deferindo as liminares. Deferir liminar para garantir um direito que um cidadão já tem incorporado ao vencimento dele — e há previsão orçamentária — nós estamos acostumados a ver, qualquer advogado sabe disso. O juiz mantém o pagamento através da liminar. Agora, conceder a liminar para autorizar uma despesa que não tem previsão orçamentária, obviamente, isto teria que ser discutido amplamente. Parece-me que o Governo falseou aí, porque também o Poder Judiciário, através da palavra maior do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que não é o competente — isso só foi argüido *a posteriori* — a competência do Superior Tribunal de Justiça — e o Poder Judiciário já poderia ter elucidado essa questão. Agora, é evidente e ninguém pode negar isto: o problema da Previdência é muito grave, mas não tocado pela insegurança do Governo que, no aqodamento da concessão da liminar de 147%, joga sobre o Congresso todo o peso de um problema que já vem atravessando anos. Ninguém pode se exacerbar nesse debate. O problema da Previdência — não sou especialista no assunto — deve ser examinado com toda profundidade. E, lamentavelmente, o Governo não deu a velocidade que o caso requeria. O que está acontecendo aí, Senador Eduardo Suplicy, é que diminui a relação entre o número de trabalhadores ativos e aqueles que já fazem jus ao seu lazer, ao seu ócio e isso cada vez mais diminui. Evidentemente, se as coisas continuassem como estão, a Previdência ingressaria num regime de insolvência absoluta. Então, agora é hora de criatividade. O lamentável nisso tudo é que o Governo toma medidas como essa, convoca o Congresso Nacional para, no aqodamento de uma liminar, colocar em debate um dos problemas mais graves e sérios que já passaram por esta Casa, principalmente o da seguridade social. Desta forma, o manuseio de dados estatísticos não vai resolver nada. É claro, é insofismável que, do jeito que está, a Previdência brasileira caminha para o caos absoluto, um caos que já está sendo caldeado através dos anos e que agora estoura sob a responsabilidade do Presidente Fernando Collor de Mello. O Governo não está tendo a humildade — e é isso que está faltando — de convocar o Congresso Nacional, na sua estuância plena, com o conhecimento dos doutos que aqui estão, que conhecem o assunto, para uma solução conjunta que venha realmente atender a toda a necessidade da gente brasileira.

Fico triste quando vejo que as coisas no Brasil estão acontecendo episodicamente. Hoje, assisti ao discurso, por sinal, magnífico do Senador Garibaldi Alves Filho, voltando a falar na seca, quando todo o Brasil se empolga com ela e o tema aflora. Acabando o problema da seca, volta-se à estaca zero. Assim também são as campanhas em favor do menor abandonado. O Brasil é um país que vive de emoções.

Esse problema da Previdência Social, infelizmente, não foi tratado com a necessária seriedade. Acho até que se alguma coisa vai se salvar desse lamentável episódio da convocação do Congresso brasileiro, será o afloramento do problema que diria, agora, com certa intensidade. Ontem, quando vi os representantes do Governo depondo, tentando convencer os Senadores das excelências do projeto do Governo, porque já existe um juízo formado nesta Casa; é preciso que se diga isso claramente. Eles vão esgotar todos os argumentos e não vão convencer, de maneira alguma a maioria dos Senadores e nem tampouco a maioria dos Deputados. Houve uma expressão do Senador Amir Lando — que gravei — de que estávamos vivendo o teatro da crueldade. Porque é uma coisa cruel. Temos uma responsabilidade. Todos querem encontrar uma solução, principalmente o Senador Eduardo Suplicy, que conhece muito bem os reclamos da classe dos aposentados e dos trabalhadores. Verificamos que o Governo, infelizmente, está vivendo um clima irreal. Esta que é a verdade. Então, neste instante em que o problema da Previdência Social chega a essa angústia, agravado de uma maneira que diria quase que agonizante, temos que ter uma velocidade — aí é competência do Congresso para não permitir ao Presidente dizer que é um homem isolado. Sua Excelência está invertendo a posição. O Presidente se isolou, o Presidente ficou sozinho. Hoje, Sua Excelência é um homem suado e no momento em que fala, o faz de uma maneira que não chama para a convocação aqueles que querem trabalhar. É de uma maneira que coloca o Congresso, até certo ponto, numa situação profundamente lamentável, no enfoque do Presidente, que não podemos admitir. Então, Senador Eduardo Suplicy, com toda vênica ao empenho de buscar números, acho que a esta altura o problema da Previdência extrapolou tudo isso. Não adiantam estatísticas. Falou V. Ex^a há pouco e eu vi isso na Comissão, porque a dívida dos órgãos relacionados com o Estado chega a 11 bilhões de dólares e todo mundo sabe que não vai ser paga. O que poderia ocorrer, havendo nisso uma consciência de caráter, é que os órgãos do Governo, a partir de agora, pagassem os seus compromissos. Se não podem pagar os atrasados, vamos, a partir de agora, determinar que as prefeituras municipais, que as empresas estatais venham a pagar a Previdência rigorosamente em dia para evitar o que está acontecendo, porque, infelizmente, esse problema não pode ser olhado pela ótica da exacerbação. Acho, e principalmente estão convencidos os que entendem de seguridade social, que chegamos a um momento em que a Previdência está *in extremis*. A Câmara dos Deputados tomou ontem uma atitude que considere afoita, de dizer que vai arquivar o projeto do Presidente. Não é bem assim. Esse projeto precisa ser debatido: recusado, aprovado ou emendado. Precisa ser debatido porque não podemos fugir ao chamamento, sob pena de o Presidente dizer, amanhã, que sobre o Congresso recai toda a responsabilidade pelo insucesso — já evidente — do sistema previdenciário brasileiro. Então, não me preocuparia com números ou estatísticas. Fico muito preocupado, isto sim, que sejam retomados estudos sérios, para que a Previdência brasileira encontre uma solução e não fique vivendo como é o caso do salário mínimo, da política salarial que, de três em três meses, tem um projeto novo para tratar desse assunto, quando o problema é da economia, e não temos na Previdência a repetição de projetos semelhantes alterando alíquotas para suprir déficits, que já são tradicionais dentro do Sistema Previdenciário Brasileiro. Cumprimento V. Ex^a, pois sua preocupação é legítima. Vejo o seu cuidado em solicitar ao Governo todos esses números, toda essa estatística, mas acredito, since-

ramente, o que devemos pedir ao Governo é que tenha mais consciência de um problema que compete a ele, acima de tudo, a gerência primeira para que possamos colaborar na intensidade dos trabalhos legislativos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Aponta V. Ex^a, Senador Elcio Alvares, algumas impropriedades na maneira como o Governo conduziu esse assunto. Na verdade, acredito que a responsabilidade maior, nesse caso, dentro do impasse que estamos vivendo é do Poder Executivo em não ter previsto adequadamente, ao longo do ano passado, onde chegaríamos. Primeiro houve uma demora significativa para a aprovação de lei relativa à Previdência, aquilo que estava na Constituição demorou a ser apreciado, acordado, e quando aprovado pelo Congresso Nacional o Presidente da República acabou vetando as duas leis. O Congresso Nacional realizou esforço nesta direção, mas o Executivo vetou, e quando finalmente resolveu sancionar a lei aprovada pelo Congresso Nacional, ao final do ano passado, ainda assim atrasou para regulamentá-la, e já poderia ter o Executivo previsto as decisões que o Poder Judiciário iria determinar e isso deveria estar melhor previsto na Mensagem Orçamentária e no diálogo entre o Executivo e o Legislativo.

O Sr. Nabor Júnior — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Com o maior prazer, ouço V. Ex^a, Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior — Ilustre Senador Eduardo Suplicy, considero, como os demais Senadores, o problema da Previdência muito sério. Porém, mais séria é a falta de sinceridade do Governo. Ontem assistimos na reunião das três Comissões: de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Sociais e a de Assuntos Econômicos, os representantes do Governo afirmarem, na tentativa de convencimento dos membros do Senado Federal, que o Governo necessitaria de uma verba adicional de cerca de 11 trilhões de cruzeiros para poder fazer face ao pagamento dos 14% que a Justiça está concedendo aos aposentados e pensionistas. Na mesma ocasião, o Ministro da Justiça, depondo na Câmara dos Deputados, chegou à cifra de 8 trilhões de cruzeiros. Já se nota, por aí, que o Governo está realmente seguro de quanto monta esse déficit da Previdência Social. No que tange a esse problema da inadimplência dos órgãos públicos e de empresas privadas é também muito sério e não pode ser subestimado. Essa relação que V. Ex^a dispõe certamente atinge o montante de 20 trilhões de cruzeiros, isso a grosso modo, o que daria, muito bem, para sanar essa situação. Não vamos admitir que possamos receber isso da noite para o dia, mas é preciso que se diga que enquanto os Estados, as prefeituras, as empresas, os clubes de futebol não pagam a Previdência Social, os seus empregados se beme ficiam dela: fazem jus a tratamento médico-hospitalar e estão requerendo aposentadorias, ainda que essas empresas e esses órgãos estejam inadimplentes. Cada vez agrava-se mais a situação! Se não se paga e não se tem renda, como é que se pode cobrir a despesa com assistência médico-hospitalar e com as aposentadorias de outros trabalhadores que a ela têm direito? Desde que se tenha carteira assinada, não há necessidade de que a empresa ou o órgão esteja em dia com a Previdência Social para que façam jus a esse benefício. Como se admite que — apesar de a legislação determinar — que os órgãos públicos, Estados e Municípios, principal-

mente, só possam celebrar contratos com órgãos do Governo Federal se estiverem quites com a Previdência Social e com o FGTS? E, ainda assim, continuam celebrando contratos de empréstimo todo o dia, todo o mês. Isso é que é inadmissível, porque está na legislação. O Senador Ney Maranhão há pouco tempo se reportou a um projeto que S. Ex^a apresentou, mas isso já está na Constituição, está consagrado no texto constitucional. Qualquer Estado ou Município inadimplente com o Governo Federal e seus órgãos — a isso incluem-se também a Previdência Social e o FGTS — que com ele não esteja quite, não pode celebrar contrato de empréstimo; no entanto, isso acontece todos os dias. O Governo está distribuindo dinheiro a rodo aos Estados e Municípios, porque se trata de um ano eleitoral. É preciso que essas coisas sejam ditas para configurar a irresponsabilidade na condução desse processo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Senador Nabor Júnior, estou de pleno acordo com as observações de V. Ex^a. Acredito que deva haver extremo rigor por parte do Governo Federal e das suas instituições, principalmente as financeiras, na hora de liberar recursos para órgãos, prefeituras, governos que estejam inadimplentes com a seguridade social, bem como com quaisquer fundos sociais existentes. Se não houver esse tipo de rigor, depois não adianta o Poder Executivo solicitar do Congresso Nacional a solução para um problema que ele próprio contribuiu para agravar.

O Sr. Mário Covas — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Ouço o aparte do nobre Senador Mário Covas.

O Sr. Mário Covas — Nobre Senador Eduardo Suplicy, acho muito difícil que qualquer problema ligado à Previdência possa ser solucionado a partir de eventuais pagamentos, sobretudo do setor público. E temos que bater no peito: este Congresso tem tremendas responsabilidades nisso. Não vivemos a época da cobrança; vivemos a época da rolagem. Vivemos a época de protelar os pagamentos, não de cobrar os pagamentos. Este Congresso acabou de aprovar uma rolagem da dívida que, se não fosse feita, provavelmente responderia, senão pela totalidade da dívida, por grande parte dela ou, pelo menos, nos daria a autoridade para outras providências. Não há muito sentido em dizermos “a Previdência faz isso”, quando aqui aprovamos uma lei que veio do Executivo permitindo que os Estados inadimplentes não apenas rolem as suas dívidas, mas também ganhem condições para fazer outras dívidas. O que é dramático no problema é que se repete no episódio uma conduta que vai cansando a Nação. É como tudo. Desde o primeiro dia que o Presidente assumiu, é esta a História: a coisa está para arrebentar. Portanto é preciso vir a providência salvadora instantaneamente, sem o quê a Nação vai para o brejo. E a providência resolve todos os problemas. Dentro de três meses, voltamos à bonança e o País encontra o seu rumo. Assim tem sido sistematicamente em cada situação. Agora vem um projeto para cá acompanhado de uma instrução quanto aos eventuais números, com a pobreza com que isso tradicionalmente é oferecido ao Congresso. Eu ontem assistia ao representante do Ministério da Fazenda, e pareceu-me que o cálculo feito não levava em conta os dispositivos do próprio projeto. E não leva. O cálculo de 11 trilhões é completamente diverso do cálculo que teríamos se o projeto fosse aprovado. O projeto tem um dispositivo

que determina que a partir de agora, em janeiro e junho, é que passam a ser feitas as variações. E passam a ser feitas pelo INPC, com a exclusão do que foi antecipado, o que significa que a partir de julho não haverá incidência maior nenhuma do que aquela que já era esperada anteriormente. Portanto os 11 se transformam em 4 ou em 3 e pouco, apenas — apenas — com os dados do projeto. E ficamos sem saber se, na realidade, o dispositivo foi incluído com o intuito de natureza política, para efeito de negociação, ou se ele efetivamente tem um sentido de natureza financeira. É preciso que isso fique claro, porque, seguramente, qualquer que seja a hipótese, este Congresso vai ser acusado de responsável. O dispositivo do art. 6º foi incluído ali por uma única razão: a idéia do precatório parte do fato de que, se aprovado o projeto, como só existe receita em relação a ele a partir de junho, o que se vai fazer é atender aos aposentados na medida das ações da Justiça. Não significa que o projeto sendo aprovado; os aposentados, imediatamente, têm a incorporação disso, por sua totalidade. Eles vão receber, se o art. 6º for aprovado, mediante o regime de precatória, isto é, o regime que se adota para desapropriações; portanto pela ordem cronológica de chegada, na medida em que haja disponibilidade — isso, mesmo que o projeto seja aprovado, porque o projeto só produz recurso, a partir de julho. E todo o raciocínio do Governo é montado em cima do mês de fevereiro, quando recaem os atrasados de setembro para cá e mais os adicionais que operam a partir de fevereiro. Esse tipo de conduta, essa montagem, muitas vezes artificial mas, sobretudo, super ou subestimada, conforme a conveniências fatos, é que acaba desacreditando os processos, tornando-nos difíceis. Para um Governo que no ano passado deixou de recolher à Previdência quase um trilhão de cruzeiros é muito difícil pedir mais 11 trilhões de cruzeiros, sem que tenhamos a certeza de que esse dinheiro vai chegar, à Previdência. Não se trata apenas de solucionar a Previdência; trata-se de convencer o Governo de que a Previdência é uma prioridade de tal maneira que aquilo que ele recolhe, em nome da Previdência, como uma contribuição sobre o lucro ou sobre o faturamento, deve ser encaminhado para a Previdência e não “tapar outros buracos.” É muito difícil. Solidariedade tem-se com a Nação, solidariedade tem-se com a sociedade. A solidariedade que dou ao Presidente é a solidariedade que dou a qualquer político, a qualquer homem público. Não preciso ser solidário com Sua Excelência para ser solidário com a Nação, para ser solidário com a sociedade. E não lhe desejo nenhum mal; pelo contrário, desejo que Sua Excelência acerte. Mas não é da minha solidariedade ou do meu companheirismo que Sua Excelência precisa, até porque se o Presidente está sozinho é porque este foi o caminho que escolheu desde o começo do seu Governo. Na campanha parecia conveniente eleitoralmente apresentar-se com companheiros políticos. Era o grande paladino sozinho, montado em cima de seu corcel branco brandindo a lança, que ia resgatar este País da corrupção que o assolava. Andou sozinho porque quis. Continuou sozinho no Governo porque assim o desejou, porque não manifesta consideração nem aos seus companheiros de sempre — não digo aos seus eventuais opositores.

Este Senado, este Congresso, tem oferecido solidariedade à Nação; consequentemente está implícita a solidariedade ao Chefe do Executivo. Mas é diferente, dou a minha solidariedade tentando cumprir o meu dever. É o que posso fazer de melhor para este Governo, esperando que ele tente fazer a mesma coisa com a Nação. Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Agradeço o aparte, Senador Mário Covas. Estou de pleno acordo com V. Exª quando ressalta o que pode o Congresso Nacional e seus representantes darem, em termos de solidariedade aos Chefe do Executivo. É necessário exatamente essa dedicação à coisa pública, esse trato sério de tudo aquilo que é a administração do dinheiro do povo, que temos a obrigação de resguardar, bem fiscalizar, apontar os desvios que porventura surjam. Nisso está o nosso dever e nisso estou de pleno acordo com V. Exª, que também apontou as incongruências relativamente a problemas da Previdência.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluo a minha oração dizendo-lhes que desde já estarei solicitando aos responsáveis pela Previdência Social a informação melhor analisada, melhor composta com o total de recursos, tanto do setor público quanto do setor privado, que são objetos de dívida para com a Previdência Social. Tendo esses números, poderemos melhor propor soluções para o impasse da Previdência Social. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO

Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
Departamento da Receita Federal
Coordenação do Sistema de Arrecadação

Apresentação

Apresentamos o Orçamento da Renúncia da Receita Tributária para o exercício financeiro de 1992, com base em incentivos fiscais vigentes, de acordo com a legislação pertinente.

O trabalho está dividido em quatro partes:

1. Consolidação
2. Discriminação por Imposto
3. Discriminação por Imposto Regionalizada
4. Gráficos

De acordo com o disposto no artigo 41, das Disposições Constitucionais Transitórias, o Poder Executivo deveria reavaliar todos os “incentivos fiscais de natureza setorial”, em vigor na data da promulgação da Constituição Federal (5-10-88), propondo ao Poder Legislativo as medidas cabíveis. Determina o parágrafo 1º do referido artigo 41 que “considerar-se-ão revogados após dois anos, a partir da data da promulgação da Constituição, os incentivos que não forem confirmados por lei”.

Decorridos os dois anos fixados, apenas os incentivos fiscais ao setor de informática, previstos nas leis nºs 7.232/84 e 7.646/87, foram expressamente confirmados para os efeitos do disposto no artigo 41, parágrafo 1º, das Disposições Constitucionais Transitórias, através do artigo 2º da lei nº 7.762, de 27-4-89.

Conforme essa determinação legal, foram excluídos dos demonstrativos os incentivos fiscais ao Setor Aeronáutico (IPI), à Construção Naval (IPI), ao Setor Ferroviário (IPI) e ao Transporte Aéreo (II). Os valores orçados para a Construção Naval (II) e para o Setor Siderúrgico (IPI) são relativos aos programas aprovados com direito adquirido.

A Lei nº 8.034, de 12-4-90, suspendeu os seguintes benefícios fiscais:

Aplicação nos Fundos de Investimentos (Finor — Finam — Funres);

Depósito para Reinvestimento (pessoas Jurídicas instaladas nas áreas da Sudene e da Sudam);

Aplicação em Ações de Empresas na Área de Informática;

Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, na Área de Informática;

Formação Profissional de Empregados.

Através da Lei nº 8.167, de 16-1-91, retornaram as aplicações nos Fundos de Investimentos e os Depósitos para Reinvestimento, enquanto os outros benefícios fiscais continuam suspensos. Com a retomada desses benefícios, houve crescimento dos incentivos fiscais no IRPJ, que tinha em 1991 uma participação percentual de 0,47% do PIB e passou para 0,78% em 1992.

A Política Industrial do Governo anterior, implementada através do DL 2.433/88, alterado pelo DL 2.451/88, concedia isenção do IPI e autorizava a manutenção e utilização do crédito do imposto relativo aos insumos empregados na Industrialização dos bens isentos. A isenção foi transformada em redução de 50% e foi revogado o artigo que autorizava a manutenção e utilização do crédito do IPI, através da Lei nº 7.988/89.

Com a adoção da Lei nº 8.181, de 11-6-91, relativa à atual Política Industrial, foi retomada a isenção, com a manutenção e a utilização do crédito do IPI.

Brasília, agosto, 1991

Seção de Estudo e Pesquisa.

MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL
COORDENADORIA DO SISTEMA DE ATRIBUICAO

05 Ago-91
11.57.34

CONSOLIDACAO DOS INCENTIVOS FISCAIS
Renúncia da Receita - Em Valor e Percentagem

Em Cr\$ 1,00					
DISCRIMINACAO	PART. % NO TOTAL DOS INCENTIVOS	PREVISAO 1992 Base: ABRIL/91	% PIB 1992 (a)	% RECEITA DOS IMPOSTOS (b)	% IMPOSTO 1992 (c)
I - IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURIDICA	41,77	611.568.295.225,64	0,78	11,11	47,28
II - IMPOSTO PRODUTO INDUSTRIALIZADO	41,55	837.225.912.947,27	0,79	11,45	41,92
III - IMPOSTO DE IMPORTACAO	12,33	248.473.964.999,41	0,23	3,26	69,85
IV - IPI/VINCULADO A IMPORTACAO	4,35	87.440.666.587,21	0,08	1,16	57,18
V - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA	-	-	-	-	-
TOTAL DOS INCENTIVOS	100	2.414.982.939.800	1,80	26,62	-
PIB (a)	-	167.391.673.966.000	-	-	-
RECEITA DE IMPOSTOS (b)	-	7.573.463.000.000	-	-	-

(a) - PIB E RECEITA DE IMPOSTOS A PRECOS DE ABRIL/91

(b) - não identificado

CONS-92-UX1

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira.

S. Ex^a declina do uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senador Elcio Álvares.

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Ney Maranhão.

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Cid Sabóia de Carvalho.

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, no início desta semana, reuniram-se, na cidade do Rio de Janeiro, os presidentes das grandes empresas de aviação do Brasil: Varig, Vasp e Transbrasil, e decidiram de comum acordo que, a partir do mês de fevereiro próximo, reduziriam em 20% os vôos domésticos que realizam em todo o País.

Essa decisão, segundo o noticiário da imprensa, foi adotada em virtude da baixa frequência que esses vôos vêm tendo nos últimos meses e surpreendentemente agora nesse período de férias escolares, quando normalmente a procura é muito maior do que no período normal. Por outro lado, também, essas empresas têm conseguido do Governo Federal, através do DAC, sucessivos reajustes das suas tarifas que, no ano passado, atingiram mais de 700%; muito além, portanto, da inflação de 458% medida pelos institutos econômicos responsáveis pela aferição da inflação em nosso País. Ainda no início de janeiro, o DAC autorizou o reajuste de 22% para as passagens áreas, mas como os aviões estão voando praticamente vazios, as companhias voltaram atrás e desistiram desse aumento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores isso vem evidenciar que muitos empresários brasileiros e, até mesmo o Governo, ainda não se capacitaram do grau de dificuldade em que está vivendo a população brasileira.

Idêntico comportamento ao das companhias aéreas, que agora tiveram esse desfêcho, obrigando-se inclusive, a reduzir em 20% os seus vôos a partir de fevereiro, está tendo também a indústria automobilística. Já foi dito aqui muitas vezes, inclusive por este modesto orador, que as montadoras de automóveis no Brasil, no afã de obter lucros cada vez maiores, reajustaram os preços de seus produtos muito acima da inflação. Basta dizer, Sr. Presidente, que de outubro a dezembro do ano passado, as montadoras reajustaram o preço dos automóveis em torno de 400%. E agora está aí o resultado: os pátios estão lotados de carros; as revendedoras também não têm para quem vender os carros estocados. Diante desse fato, essas montadoras já começam a conceder férias coletivas para os seus funcionários, como acaba de ocorrer com a General Motors, porque não está podendo manter o nível de produção que tinham antes, em virtude da falta de venda de seus produtos. E é previsível, que por ocasião do retorno desses funcionários, após essas férias coletivas, a indústria automobilística venha a fazer milhares de demissões.

Então, estive analisando que, realmente, essa crise econômica que o País está vivendo com grandes reflexos no nível de emprego, sem precedentes na história do País; com a falência de milhares de empresas; com redução do poder aquisitivo da massa consumidora é uma lição para esses empresários gananciosos, que se esquecem de que matando a "galinha dos ovos de ouro" acabavam com o próprio ovo.

Também tomei conhecimento ontem, Sr. Presidente, de uma outra notícia muito interessante: o Ministro da Agricultura, que se reuniu com o Senhor Presidente da República, denunciava à Nação que os preços dos produtos agrícolas, na sua maioria, tinham ficado abaixo da inflação do ano passado, mas, no entanto, os produtos derivados desses produtos subiram mais do que a inflação. Ele responsabiliza isso aos atravessadores. Citou por exemplo o caso do leite *in natura*, que subiu cerca de 450% e a manteiga, 900%; o leite em pó e o condensado subiram cerca de 700%; o trigo havia aumentado em torno de 460% e o pãozinho mais de 700%.

Não sei a quem atribuir a responsabilidade por esses fatos, pois é o próprio Ministro da Agricultura que vem denunciar à Nação que os produtos agrícolas não tiveram esse impacto tão grande na inflação. Como se justifica então, a omissão do Governo no controle e acompanhamento dos preços desses produtos, principalmente aqueles de maior consumo popular como é o leite, o pão, o arroz, a carne, o feijão, o milho, a farinha de mandioca etc.?

Fico perplexo diante dessa política econômica do Governo que ao mesmo tempo em que libera os preços de todos os produtos agrícolas deixa de remunerar convenientemente o produtor. Beneficia o intermediário ou o vendedor final, enquanto penaliza o consumidor.

Quero deixar consignado neste instante estes três fatos, que bem revelam a insensatez da política econômica do atual Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já deveria eu ter falado nesta sessão, mas tive que me ausentar. Quando V. Ex^a chamou o meu nome, estava em meu gabinete e retornei agora para o uso da palavra.

Não queria, Sr. Presidente, que decorresse o dia de hoje sem um registro, nesta Casa, da posição de pelo menos um Senador, embora acredite que esta posição será a de quase todos, em defesa da Petrobrás, em face dos anúncios que estão sendo feitos outra vez para o final do monopólio do petróleo, a conseqüente privatização da Petrobrás e o desmantelamento de todo o sistema atual quanto a essa fonte brasileira tão rica e tão importante que é a de petróleo. Sabemos como foi grave a luta neste País.

Ler Monteiro Lobato é muito interessante, inclusive nas partes em que fala da luta pelo petróleo. Porém, muito mais importante é haver presenciado, como presenciei, a luta pelo petróleo brasileiro, naquele tempo em que se dizia que não havia petróleo no Brasil. Quando se dizia que sim, isso era um delito. Muitos pagaram muito caro por causa disso, inclusive o nobre escritor Monteiro Lobato. De seus escritos, dentre tantas coisas interessantes sobre a América, sobre o Brasil, sobre o índio, sobre as crianças, entre as histórias infantis, os contos de urupês e de tantas e tantas obras importantes

que deixou, entre tudo isso está, de certo modo, a história do petróleo brasileiro.

Quero dizer a V. Ex^a que participei na minha juventude, na condição de aluno do Liceu do Ceará, da luta em favor do petróleo brasileiro, em favor da criação da Petrobrás, em favor da estrutura que hoje existe. Portanto, não por saudosismo, mas por uma visão econômica, uma visão nacional, por uma visão patriótica, é por tudo isso que sinto uma enorme tristeza quando leio nos jornais a tentativa de liquidação da Empresa Brasileira de Petróleo Sociedade Anônima, a nossa Petrobrás.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Petrobrás é importante não apenas pelo lado econômico, como o Banco do Brasil não é importante somente pelo lado financeiro, mas é que há um aspecto histórico, há um aspecto de brasilidade na Petrobrás, como no Banco do Brasil. Há toda uma luta inserida neste nome Petrobrás; há, acima de tudo, na Petrobrás — repito bem a sua sigla — o resumo de muitas lutas brasileiras que resultaram em sucesso e que dobraram o espírito internacionalista do Governo de então — aquele espírito entreguista porque muitas vezes aqui no Brasil somos obrigados a criticar o entreguismo, a entrega da riqueza nacional — e hoje a tentativa de privatizar a Petrobrás é muito grave.

Vejam V. Ex^{as} que o Brasil tem o problema do ouro, que é desviado constantemente, a ponto de o Uruguai ser hoje um país fornecedor de ouro, sem que, no entanto, tenha a produção e minas de ouro.

O contrabando das areias monazíticas — isso ficou famoso no Brasil! Quantas vezes se denunciou a aterrissagem de aviões estrangeiros em território da Amazônia para a condução de valores naturais deste País que foram miseravelmente contrabandeados.

O contrabando de peles, animais vivos e mortos — contrabando aqui, no sentido do que sai indevidamente. Porque como um homem de direito sei perfeitamente que na verdadeira acepção do termo, contrabando é o ingresso indevido de mercadoria estrangeira sem o pagamento competente dos impostos.

Apenas diria que já fui procurador da Fazenda Nacional e tenho, portanto, uma grande intimidade com este tema sobre o qual escrevi, inclusive, na imprensa nacional.

O contrabando de que falo é no sentido inverso. A saída do café. Já houve um certo período em que estados como Ceará, como Pernambuco e outros sofreram demais com a retirada do café que era trocado por uísque, uma transação que era feita nas Guianas, uma transação indevida que resultava do contrabando com suas duas faces: a saída indevida do produto nacional e a entrada incorreta do produto estrangeiro.

Fui funcionário do Ministério da Fazenda e acompanhei, passo a passo, a história do contrabando em sua época áurea. Sei das riquezas daqui que são levadas para o exterior e não queria que, de modo algum, perdêssemos o controle de uma das maiores riquezas do nosso subsolo que é exatamente o petróleo.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Com todo o prazer, Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Cid Sabóia de Carvalho, estou ouvindo com atenção o pronunciamento de V. Ex^a no qual V. Ex^a defende com entusiasmo como todos nós defen-

demos a Petrobrás. Mas quero, em nome da Liderança do governo desmentir essa notícia da imprensa, de que o Governo está querendo privatizar a Petrobrás. Inclusive, o Sr. Eduardo Modiano, presidente do BNDES já divulgou uma nota neste sentido. O que existe, Senador, com respeito à Petrobrás é que temos dentro do estado de modernidade que enxugar a Petrobrás. O problema da prospecção do petróleo, e isto é correto, mas o problema da comercialização, do transporte, da importação, isso é um problema que temos que estudar. V. Ex^a veja o seguinte: houve uma greve, onde cinquenta mil operários impuseram a sua exigência a 140 milhões de brasileiros. Veja V. Ex^a o problema do gás de cozinha. Tivemos ocasião de ver, na televisão, o povo comprando um bujão de gás de cozinha naquela greve, onde a área de transporte e a área de abastecimento de gás de cozinha, quem mais se prejudicou não foi o homem de recursos, não foi a classe média mas foi o povão, aquele que tem um bujão de gás que, quando esvazia vai à esquina buscar outro. Então, o problema do Governo é tirar da Petrobrás esse tipo de comercialização para que haja uma melhor competitividade, mas nunca privatizar uma empresa que está enraizada na nossa brasilidade, no nosso patriotismo e a competência que a Petrobrás tem pelas provas que tem dado da sua alta tecnologia em todo o setor que representa não só no plano nacional mas, também, no plano internacional. Era este o esclarecimento que desejava dar a V. Ex^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Nobre Senador Ney Maranhão, o esclarecimento de V. Ex^a tem uma valia extraordinária e se o meu discurso não valesse absolutamente nada, não tivesse nenhum peso parlamentar, acabaria de tê-lo adquirido pela informação que V. Ex^a presta a esta Casa. Na verdade, se o Governo não pretende a privatização da Petrobrás, mas pretende uma revisão da Petrobrás, é claro, então, que o Governo sai do fogo da nossa crítica porque o ato que estou criticando é aquele que V. Ex^a dá como desmentido. V. Ex^a quase que esvazia a razão de ser do meu pronunciamento, não fora dele o tema Petrobrás, já que o tema Petrobrás é tão importante que dá peso a um pronunciamento até quando obtém o desmentido daquilo que seria o mérito e a razão de sua existência.

Mas valeria a minha fala hoje, no Senado Federal, por tudo quanto não valesse, valeria ainda por ter obtido de V. Ex^a esse esclarecimento.

O Sr. Ney Maranhão — Obrigado a V. Ex^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Fico muito grato por V. Ex^a trazer à lide aqui no Senado Federal esse esclarecimento, que é de grande importância. Agora, quanto ao Governo querer modernizar, alterar, ampliar, reduzir a Petrobrás, isso é da competência de quem governa e não poderíamos, evidentemente, entender que um Governo eleito não tenha aptidões sobre suas empresas, seus órgãos, aquilo que é de sua dependência constitucional.

O Sr. Nabor Júnior — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Nabor Júnior, com todo prazer.

O Sr. Nabor Júnior — Senador Cid Sabóia de Carvalho, tive a oportunidade de ouvir as declarações do Dr. Eduardo Modiano, Presidente do BNDES, na Bolsa de Valores, no dia em que foi leiloada a Companhia de Navegação da Bacia do Prata. S. Sa. declarou peremptoriamente que o Governo tinha a intenção de privatizar a Petrobrás. Disse, ainda mais,

que viria aqui para convencer os congressistas da necessidade de se mudar a legislação, inclusive a Constituição Federal.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — E não poderia haver nada quanto à Petrobrás sem modificação da Constituição Federal no que concerne ao monopólio do petróleo.

O Sr. Nabor Júnior — S. Sa. falou em modificar a Constituição Federal para permitir a privatização da Petrobrás. Porque veja, Senador, a comercialização a que se reportou o nosso ilustre amigo, Senador Ney Maranhão, já é feita pelas diversas empresas; não é só a Petrobrás que comercializa o produto. A Petrobrás detém o monopólio da pesquisa, da prospecção, do refino e da distribuição.

O Sr. Ney Maranhão — A distribuição é a principal delas, Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior — Nem toda a distribuição. Porque a Texaco, a Shell...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — A Esso.

O Sr. Nabor Júnior — ... a Esso continua fazendo a distribuição também em centenas ou milhares de postos em todo o País. Compram o produto da Petrobrás, fazem o transporte, a distribuição e a comercialização e financiam, inclusive, a construção e a manutenção dos postos de gasolina. Agora, posso até concordar, eu, que também lutei, como V. Ex^a lutou, no tempo de estudante — na época estava em Manaus —, que participei daquela campanha "O Petróleo é Nosso", acho que é uma pretensão tentar privatizar a Petrobrás, que hoje é um patrimônio do povo brasileiro, que é uma das empresas mais bem sucedidas do País e, talvez, do mundo. Essa é uma pretensão descabida do Sr. Eduardo Modiano, querer modificar a Constituição para permitir a privatização da Petrobrás. Podemos até concordar com a privatização de siderúrgicas e de outras indústrias que não estão na esfera de atividade do Governo, mas a Petrobrás, que foi conquistada graças ao patriotismo, à dedicação e ao empenho do povo brasileiro e do grande estadista, Getúlio Vargas — porque a lei foi aprovada por proposta dele ao Congresso Nacional —, é uma pretensão totalmente descabida e inaceitável. Quero, desde já, manifestar a minha posição contrariamente a essa pretensão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Vim aqui exatamente para dar essa posição de um Parlamentar brasileiro que, tendo uma existência de 56 anos, teve algumas felicidades e infelicidades de presenciar, no cenário nacional, fatos positivos e negativos.

Mas o nascedouro da Petrobrás é motivo de orgulho do *curriculum* mais íntimo da nossa alma, da minha e da de V. Ex^a, porque, como estudantes, participamos dessa luta memorável. E, com um pouco de esforço, um pouco de contribuição; fazemos parte do momento constitutivo daquilo que é, hoje, como diz V. Ex^a, um patrimônio do povo brasileiro: a PETROBRÁS, a Empresa Brasileira de Petróleo S.A.

Mas o Senador Ney Maranhão traz uma informação: o Governo não pretende essa privatização. Então, isso tranqüiliza o coração de V. Ex^a e o meu, dado o respeito que tenho ao Líder, Senador Ney Maranhão, que fala isso no momento em que responde por toda a Liderança do Governo. S. Ex^a é um homem altamente respeitável e merece, por isso e por muito mais, a nossa extremada consideração.

Por isso, o assunto para mim está encerrado neste momento de protesto contra o ato que seria adotado pela Presidência da República.

Mas fica a minha, a nossa posição, a posição de todos os brasileiros que, mesmo vendo essa onda opinativa contra o nacionalismo, resguarda essa semente do que de melhor há no nacionalismo brasileiro, que é a preservação da Petróleo Brasileiro S.A., com o respectivo monopólio da exploração, do refinamento e da distribuição do petróleo, como bem esclareceu, didaticamente, V. Ex^a.

Sr. Presidente, era este o registro que tinha a fazer. Gostaria muito de ter usado hoje da tribuna para falar sobre a questão da seca, mas tantos fomos os que falaram em aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho que nem necessário se tornou isso, como, também, gostaríamos de haver dado um aprofundamento no nosso discurso ao tema da Previdência Social, o que também se tornou desnecessário ante tantas palavras autorizadas que desfilaram pelos microfones do Senado Federal. Mas aqui estamos a postos nesta convocação extraordinária, zelando pelo aposentado, zelando pelo pensionista, zelando, acima de tudo, pelo trabalhador brasileiro. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Márcio Lacerda.

O SR. MARCIO LACERDA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: estamos convencidos de que a retenção dos cruzados novos pelo Banco Central, decretada no início do atual Governo, outra coisa não foi do que uma apropriação indébita, embora temporária e acobertada por um manto de legalidade. A despeito disso, reconhecemos como cumprimento à lei a sua liberação pelo Governo. A situação de penúria da população é tão grande que qualquer dinheiro já é um lenitivo.

A nosso ver, entretanto, a atenção oficial precisaria ser mais ampla e coerente, abrangendo por inteiro um setor que é dos mais sacrificados da nossa economia e também um dos mais ativos e importantes: o agrícola.

A agricultura brasileira tem passado por séria crise financeira, cujo reflexo mais palpável e visível é a redução da produção e da produtividade. Qualquer atraso na liberação de recursos pode comprometer toda uma safra. Afinal, o clima não espera, nem o tempo para. O setor está tão sacrificado que organizações cooperativas há que estudam maneiras de lesar o fisco, para preservar os lucros e a própria atividade. Essa é a consequência dos juros altos, do excesso de impostos, da falta de apoio oficial. A agricultura precisa de apoio financeiro constante, pois quanto maior ele é, maior é a safra, menor é a fome. É por essa razão que defendemos a idéia de que a agricultura não devem faltar recursos, que os produtos agrícolas, os insumos, as máquinas, os equipamentos não devem sofrer taxa de impostos, ou, no máximo, devem ser gravadas com taxas mínimas. Temos certeza de estar af a fórmula do barateamento dos alimentos e a receita do sucesso da atividade agrícola.

Uma das fórmulas de dar apoio à agricultura, no momento, é possibilitando a liberação dos cruzados novos restantes, oriundos da poupança rural, para quitação de qualquer débito do setor também com as instituições financeiras que não sejam federais. Não se justifica beneficiar somente aqueles que tem débito com os bancos da União. Por acaso, a natureza do débito é diferente, unicamente por ter sido o crédito concedido por bancos federais?

Tentando corrigir esta distorção, apresentamos o Projeto de Lei nº 99/91, que, aprovado, permitirá a liberação dos cruzados novos, transferidos de contas da carteira de poupança

rural ao Banco Central, para pagamento de financiamentos agrícolas, contraídos no sistema bancário brasileiro, sem discriminar qualquer instituição de crédito e sem estabelecer limite de tempo para o vencimento do débito.

Esse projeto visa a corrigir a distorção inserida na Circular do Banco Central e a minorar as dificuldades que produtores rurais encontram hoje para saldar as dívidas decorrentes dos financiamentos agrícolas contraídos. Soa-nos paradoxal que muitos agricultores vejam-se impossibilitados de honrar compromissos assumidos, por falta de dinheiro, possuindo recursos retidos no Banco Central.

Ao tempo em que esperamos que os nossos pares nesta Casa emprestem o seu apoio a esse projeto, conclamamos a Presidência e as comissões técnicas a darem o máximo de celeridade à sua tramitação, para que tal medida seja logo implementada. A agricultura brasileira é que lhes agradece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: a cultura em nosso País é promovida, divulgada e preservada não somente por programas e ações do Governo, mas também por iniciativas de entidades privadas e particulares que se dedicam ao estudo dos nossos valores culturais e históricos.

No Brasil uma parte considerável ao acervo documental e de objetos de grande valor artístico e histórico está em mãos de particulares, estudiosos, familiares e personalidades envolvidas em fatos históricos e colecionadores.

Em Sergipe ao se falar em cultura e história, entre vários nomes de destaque que poderiam ser citados, um sempre será citado pelo seu entusiasmo, dedicação, estudos e movimentação que sempre promoveu nos meios culturais do Estado.

Membro da Academia Sergipana de Letras, da Academia Brasileira de Literatura, Sociedade Brasileira de Folclore, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Conselho Estadual de Cultura, José Augusto Garcez, nascido em São Cristóvão, em 19 de agosto de 1918, dedicou sua vida às letras, à pesquisa histórica e à coleção de objetos de valor expressivo para a história de Sergipe e do país. Fundou e manteve a Biblioteca Popular "Tobias Barreto", e o Museu Sergipano de Arte e Tradição, em Itaporanga d'Ajuda, e publicou um elenco de obras que são hoje referências obrigatórias quando se estuda a cultura e a literatura sergipana, que ajudou a divulgar e promover pelo seu trabalho, a maior parte das vezes empregando recursos próprios para coletar documentos, acervos museológicos e publicar obras importantíssimas, divulgando nomes como Florentino Menezes, José Sampaio e Santo Souza.

O *Jornal da Manhã*, edição da última terça-feira, 14 de março do corrente ano, publica o artigo "Escritor morre aos 74 anos" e noticia o falecimento de José Augusto Garcez, sentido em todo o Estado de Sergipe como uma perda lamentável, principalmente para o setor cultural do Estado, onde ele sempre se distinguiu como um incansável batalhador pelo engrandecimento, pela divulgação e preservação da memória e da cultura sergipana. Por estes feitos poderia ser considerado, como o próprio articulista o denominava, de um verdadeiro "Guerrilheiro Cultural", dado sua permanente inquietação, ousadia e a luta de toda uma vida em prol da cultura, da história e das letras naquele Estado.

Desta tribuna do Senado envio o meu sentido pesar aos seus familiares, reiterando a estima e a admiração que sempre tive por ele, amigo sincero, leal e dedicado, um homem que honrou com a sua inteligência, com a sua conduta e o seu trabalho a sua cidade natal, São Cristóvão, a cidade de Itaporanga d'Ajuda, berço do seu tronco familiar, o Estado de Sergipe e o País.

José Augusto Garcez deixa à posteridade um admirável exemplo e uma obra valiosa.

Finalizo, Sr. Presidente, peço a transcrição com o meu pronunciamento do artigo a que me referi, intitulado "Escritor morre aos 74 anos", publicado no *Jornal da Manhã*, de 14 de janeiro corrente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

ESCRITOR MORRE AOS 74 ANOS

Sergipe perde uma das maiores figuras da história cultural nos últimos tempos. Vítima de insuficiência respiratória, o escritor e pesquisador, José Augusto Garcez, deixou um rico acervo cultural, o maior de caráter particular em extensão e profundidade do Estado, como também publicou obras importantíssimas divulgando nomes de autores sergipanos como Santo Souza, José Sampaio e Florentino Menezes, considerados marcos do pensamento sergipano.

José Augusto Garcez nasceu na antiga Usina Escurial, município de São Cristóvão, em 19 de agosto de 1918. Membro da Academia Sergipana de Letras, Academia Brasileira de Literatura-Rio, Sociedade Brasileira de Folclore, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e ex-membro do Conselho Estadual de Cultura, fundou e manteve: Biblioteca Popular "Tobias Barreto" e Museu Sergipano de Arte e Tradição em Itaporanga d'Ajuda.

Aos 74 anos deixou parentes e amigos que consternados com o seu desaparecimento relembram a posição de um homem inteligente e de boa conduta cultural, que se dedicou exclusivamente pela história de Sergipe, pouco apreciada pela juventude de hoje. Mas, a importância de José Augusto Garcez, para os sergipanos é lembrada por intelectuais como o pesquisador e jornalista Luiz Antônio Barreto, que definiu como um homem que mais do que realizar uma obra pessoal tornou possível, pelo seu trabalho de Agente Cultural a existência de uma representatividade literária em Sergipe graças a publicação sistemática de autores, algum dos quais, os melhores que já surgiram em Sergipe, como é o caso de Santo Souza. Luiz revela ainda que, ele foi o pioneiro na divulgação radiofônica da literatura sergipana levando aos ouvintes de todo o Estado a poesia e a prosa dos nossos melhores autores.

Obras

Publicou um elenco de obras que são hoje de citação obrigatória quando se estuda a literatura sergipana, além disso foi um grande colecionador de livros, documentos e exemplares da cultura material recolhidos graças ao seu esforço de pesquisador. Sua morte abre uma lacuna na vida cultural de Sergipe e é sentida por todos os que tiveram o privilégio da convivência e que ficaram de honrar a sua memória, concluiu o jornalista.

Sergipe tem dois grandes nomes da preservação da sua memória cultural, explica o historiador Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, um deles é Epifânio Dória, pelo trabalho no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Arquivo Público, na

Biblioteca Pública e no Gabinete de Literatura de Maruim; o outro é José Augusto Garcez, pelo trabalho desenvolvido na coleta de documentos, acervos museológicos de importância da cultura sergipana, ao mesmo tempo que, com o movimento cultural de Sergipe mantido com recursos próprios lançava obras importantíssimas, divulgando nomes como: Florentino Menezes, José Sampaio e Santo Souza. Segundo Soutelo, a morte de José Augusto Garcez, abre um espaço impreenchível no trabalho de preservação da memória sergipana, e que a maior homenagem seria a aquisição do seu acervo colocando a disposição da comunidade sergipana.

Opiniões

As opiniões entre os amigos são das mais diversas, sempre o elegendo como o conselheiro da nossa cultura, e para o jornalista e escritor Célio Nunes, ele já vinha definindo fisicamente, sempre adoentado. Mesmo doente, as vezes saía pela calçada ali na rua Estância e conversava e abraçava os amigos e conhecidos que passavam. Mas a sua morte representa sua profunda ausência no quadro cultural sergipano. Mesmo sem movimentar mais os setores culturais da terra, José Augusto Garcez representava uma chama ainda acesa de um homem bom, dedicado e apaixonado pelas letras e pela cultura em geral. O seu falecimento o transforma em um patrimônio cultural dentro da história de Sergipe. Eu o chamava de "Guerrilheiro Cultural" pela sua inquietação e idéias que promovia. José Augusto Garcez é uma dessas pessoas por quem vale a pena chorar e recordar. É lutar para que seu nome e sua obra não sejam esquecidos. Declara com emoção o jornalista.

O sepultamento de José Augusto Garcez, ocorreu na tarde de domingo, no jazido de sua família, em Itaporanga D'Ajuda, quando na oportunidade, o jornalista Luiz Antônio Barreto, fez um elogio fúnebre em nome da Academia Sergipana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e Conselho Estadual de Cultura, destacando as suas qualidades e lamentando a sua morte aos 74 anos. Entre os presentes estiveram suas duas filhas, Sílvia Carolina Pereira Garcez e Isaura Augusta Garcez Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — A Presidência convoca os Srs. Senadores para a sessão ordinária de amanhã, às 9h neste plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h16min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. AUREO MELLO NA SESSÃO DE 6-11-91 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Pronuncia o seguinte discurso:) — Sr. Presidente, eminentes Srs. Senadores, tem sido debatido nesta Casa, com atenção particularmente dedicada e sintonizada com a convergência e o melindre do tema que é abordado, o caso da proposição, oriunda da Presidência da república, que passou pelo Ministério da Infra-Estrutura, e se destina a fazer com que, para o Amazonas e a sua Zona Franca, seja ampliado o leque de isenções tributárias para aquela Região brasileira, livrando projetos de transformação, beneficiando montagem, e recondicionamento de

produtos na Zona Franca e isentando os amazonenses de impostos de importação de qualquer material usado nesses processos, taxa de 1,8% sobre o valor importado, impostos sobre produtos industrializados na venda, redução de 40% de ICM no imposto estadual etc.

O alcance dessas medidas, sem dúvida alguma, é de tal ordem que faz estremecer e dá a impressão de que estamos num Brasil novo, um Brasil singular e especial. Brasil em que o mono-extrativismo é a mono-exploração de determinados produtos são substituídos pela auto-suficiência de cada Estado, dando oportunidade a que cada um deles produza e se industrialize; cresça, progrida e possa, finalmente, dar um total de uma Pátria capaz e produtiva, habilitada a se integrar no Primeiro Mundo como é a aspiração do atual dirigente nacional.

Quero, registrar o que disse inclusive há poucos dias, que a Amazônia é alvo do interesse nem sempre benéfico e nem sempre inocente, de potências que observem as suas riquezas de subsolo e que têm, por objetivo, para ela partir e extrair, dessangrar tudo que ali existe, capaz de proporcionar mais progresso, mais riqueza, mais brilho, mais ouro e mais calor para esses países que estão de alcatéia, observando aquela terra.

Por isso, Sr. Presidente, no momento em que parte do Poder Executivo, através da sua Secretaria de Infra-Estrutura, acolhe uma proposição destinada a facilitar e a implantar um segmento importantíssimo da indústria na área de Zona Franca, todos observamos com atenção. Ficamos pensando: será que chegou, finalmente, a época em que as indústrias não serão monopolizadas apenas por um Estado, ou por dois ou três, e os demais Estados da Federação vão se integrar no mesmo ritmo e participar do mesmo elã, e ser, afinal, tão capazes de gerar e de auferir riquezas quanto esses outros Estados privilegiados? A pergunta fica no ar.

Ficamos pensando no Estado de São Paulo, onde as chaminés fumegam o progresso, a indústria, a fortaleza do impulso econômico, que fez dali por assim dizer, a locomotiva da Federação. Pensamos no Estado de Minas Gerais, onde o entrechoque dos metais, do ferro extraído das suas entranhas, faz com que aquele gigante Estado, gigante pelo seu valor extrínseco e intrínseco e pelo valor especial de seus filhos, naquele temperamento que é um verdadeiro galarão de glória para cada mineiro; vai ficar, como um dos donos do progresso e da elevação industrial deste País? Será que o Rio de Janeiro vai continuar tendo o privilégio de ter indústrias possantes, refinadoras de petróleo, que dão oportunidade a que aquela unidade da Federação detenha, por sua vez, meios de comunicação e de expansão que não são nem sonhados por esses distantes Estados que ficam na periferia deste País? Será que um dia nós veremos o Pará — e estou vendo aqui um dos seus mais lúdimos representantes, o Senador Oziel Carneiro — produzindo na sua indústria, nos seus meios de navegação, algo capaz de fazer com que ele rivalize com os Estados ditos progressistas deste País e desta Federação? Será que o Amazonas vai poder ter as suas usinas, vai poder apresentar a construção da sua indústria, capacitada, inclusive, para defendê-lo da agressão estrangeira e da cobiça internacional, que nunca o esquece, um só minuto, vinculando o batimento das suas aspirações ao da sua própria máquina cardíaca?

O Sr. Oziel Carneiro — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AUREO MELLO — Com todo prazer, Senador Oziel Carneiro.

O Sr. Oziel Carneiro — Nobre Senador Aureo Mello, todas as indagações que V. Ex.^a acaba de fazer em seu brilhante discurso terão resposta positiva a partir do momento em que a Nação brasileira, através de sua sociedade, resolver cumprir os dispositivos constitucionais e as diversas leis que já existem no País, que trabalham no sentido de que se desfaçam os desequilíbrios econômicos e sociais inter-regionais. Infelizmente, isso permanece como letra morta na legislação brasileira. V. Ex.^a deve ter verificado, na última sessão em que se votou emendas à Constituição Federal, em primeiro turno, uma emenda, de autoria do nobre Senador Mansueto de Lavor, que permitia que fosse cobrado ICMS pelos Estados geradores de energia elétrica, já que a emenda dava a regalia aos Estados produtores de petróleo de cobrarem ICM sobre o petróleo explorado em seu subsolo, houve uma reação dos representantes dos Estados mais desenvolvidos. E, naquela ocasião, tive oportunidade de dizer que me encontrava perplexo e decepcionado diante do egoísmo que estava evidenciado naquele momento. Mas tenha V. Ex.^a a certeza e a convicção de que o Estado do Amazonas, o Estado do Pará e todas as unidades da Federação que constituem a chamada Amazônia Legal, terão, sem dúvida alguma a sua hora e o seu momento de desenvolvimento no dia em que o Brasil, através de seus Estados mais desenvolvidos, descobrirem aquela região. E espero, com a graça de Deus, que o façam antes que as nações desenvolvidas descubram e se apossam de nossa rica área brasileira.

O SR. AUREO MELLO — V. Ex.^a tem inteira razão.

Os Estados brasileiros caracterizam-se pelo monoextrativismo. Observávamos, por exemplo, outrora no Amazonas o monoextrativismo da borracha; para os lados de Mato Grosso podíamos ver o monoextrativismo do mate; para o Estado de Pernambuco ali estava o monoextrativismo da cana-de-açúcar; o café era destinado principalmente a São Paulo. E diferindo enormemente da economia americana, a economia brasileira caracterizava-se pela interdependência do transporte em que um Estado, não tendo uma determinada matéria-prima, era carente da ajuda de outro através do transporte, acarretando isso uma soma enorme de prejuízo e de despesa para esse estado respectivo.

Neste momento, porém, a proposição que chegou a esta Casa foi singular e especial: passou pela Câmara dos Deputados, recolheu o apoio dos parlamentares daquela Casa legislativa para ser, naquela ocasião, analisada e considerada por esta unidade parlamentar que não tem a tristeza de ter representantes minoritários de acordo com a população de cada Estado.

São três Senadores para cada Estado, são três para as pequeninas áreas federativas, que ainda há pouco tempo não passava de Territórios; são três para os Estados-potência, os Estados gigantes, os Estados magníficos que formam este grande Brasil.

São três representantes e cada um de nós aqui está em pé de igualdade espiritual, moral, material e intelectual com seus companheiros, no desejo sincero de transformar a sua rechã, a sua parcela federativa numa parcela mais adiantada, o seu Estado mais progressista, mais capaz e mais eficiente.

É por isso, Sr. Presidente e eminentes Srs. Senadores, que nós, amazonenses, temos vindo a esta tribuna para manifestar, antes de tudo, a nossa congratulação porque, finalmente, se esboça um sistema de auto-suficiência para cada Estado, no momento em que se observa que o Amazonas

será capaz, através da legislação proposta, de produzir material à altura de ombrear com os Estados adiantados, com as regiões progressistas, com as regiões privilegiadas.

No entanto, não se justificaria que essas regiões, através de suas representações, dos seus dirigentes, fizessem manobras para tolher o movimento, o progresso e a ascensão daqueles Estados pequeninos e mais pobres. Era como se nós estivéssemos bem vestidos, envergando ternos de linho ou de casemira magníficos, impedindo que um irmão nosso com trajes rasgados como se apresenta na rua.

A verdade é que tem que haver uma uniformidade entre todos os Estados brasileiros, não uma igualdade, porém uma proporcionalidade para que o Brasil receba em troca o seu progresso, o seu valor e o seu adiantamento.

Srs. Parlamentares, o Governador do Amazonas, diante da grita que se fez, diante dos protestos e da união dos poderosos contra o mais fraco, finalmente, através da sua capacidade de diálogo, que é também um atributo diplomático que lhe é peculiar, se entendeu com o Governador de São Paulo, o Sr. Fleury, se entendeu com o Governador de Santa Catarina, se entendeu com o Governador do Paraná, se entendeu com o Governador do Rio de Janeiro e com eles combinou que aquilo lançado como se fosse uma tocha acesa e que estivesse prejudicando o panorama, o silêncio, a obscuridade de outras parcelas da Federação deveria ser amenizado.

Então, num doce claro-escuro, será apresentado a esta Casa, como foi combinado, um substitutivo que não elimina a perspectiva e a possibilidade de o Amazonas começar a crescer e se transformar num Estado respeitado, querido, amado e ombreado com outros Estados, seus irmãos.

Esse é um acontecimento fundamental! Esse é um episódio flagrantemente generoso e alvissareiro para o povo brasileiro. Esse é um instante que se constitui num marco histórico na Federação, neste grande país a que pertencemos. O Brasil miscigenado, que não tem raças, que é uma mistura de todos os povos do mundo e que se apresenta na face, nos costumes, nos modos e proposições de seus filhos como uma verdadeira representação, um *melting pot*, a soma de todos os povos do mundo. E é por isso que o Brasil tem um futuro magnífico à sua frente.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. AUREO MELLO — Concedo o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Mansueto de Lavor — Senador Aureo Mello, V. Ex.^a enfoca um tema da maior importância que é o direito das regiões se desenvolverem com mais equilíbrio dentro da Federação brasileira. Ademais, V. Ex.^a registra, para regozijo nosso, da Casa e do País, o acordo havido entre dois Governadores: entre o Governador Gilberto Mestrinho do Amazonas, Estado que V. Ex.^a tão bem representa nesta Casa, e o Governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho. Esse acordo foi importante porque não prevaleceu a vontade de um e nem de outro. Não pode ser interesse nosso e nem de ninguém lançar Estado contra Estado. Agora, o direito que o povo do Amazonas tem de incentivar na sua Zona Franca, que é uma legítima conquista daquela região, indústrias que venham a colocar seus produtos com competitividade no mercado nacional, este é um direito inalienável e indiscutível. Quando, por exemplo, hoje se lê, se não me engano, na *Folha de S. Paulo*, que pelo sistema proposto, na legislação em análise, a Zona Franca de Manaus poderia colocar no

mercado brasileiro automóveis por um preço menor do que a metade dos produzidos em outros Estados do País, é algo a se pensar, no momento em que as produtoras e as montadoras elevam os preços dos automóveis acima até da taxa do dólar, que explodiu nesses últimos dias. Parece-me que esse último aumento, de cerca de 30% no preço dos automóveis, foi um verdadeiro acinte contra esse acordo havido entre o Governador Luiz Antônio Fleury Filho, de São Paulo, e o Governador Gilberto Mestrinho, do Amazonas. O que rem dizer é que, apesar de produzirem mais caro, elas têm o poder de impor o preço de seus produtos a todo o país, passando por cima das diretrizes, das determinações, dos acordos de cavalheiros com o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Então, seria ótimo que Manaus pudesse, através de sua Zona Franca, com os incentivos que têm, deflagrar um processo de concorrência de preço. Não precisamos ir ao mercado externo, Senador Aureo Mello, porque a abertura dos portos do Brasil para a importação de automóveis não deu resultados: ou se está importando automóvel de alto luxo para uma reduzidíssima faixa da população brasileira, ou se está importando "carroças" da União Soviética, que podem ser feitas com igual ou melhor qualidade em Betim, porque é a mesma tecnologia da Fiat italiana. Eu torço mais em vez dos carros importados, pelos carros de boa qualidade e bom preço, que, comprovadamente, possam ser produzidos na Zona Franca de Manaus. É por isso que apóio, nesse ponto, o pronunciamento de V. Ex^a. Agora, já que houve um entendimento para que não houvesse sucateamento de indústrias, em São Paulo ninguém quer isso, afinal de contas, São Paulo tem estado na dianteira da tecnologia e da indústria. Agora, isso não pode, em absoluto, barrar o progresso industrial de outras regiões, inclusive do Estado do Amazonas que tem todas as franquias e disponibilidades da Zona Franca de Manaus. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. AUREO MELLO — Muito obrigado a V. Ex^a.

V. Ex^a confirma realmente, porque o Brasil se nos afigura um País cabeça-de-chumbo, é um boneco de cabeça pesada e por isso não pode andar. A cabeça pesada está no monopólio dos Estados lídres, dos Estados privilegiados.

No Norte e no Nordeste, é muito comum ouvir, quando se pergunta a um cidadão de onde veio, que "acabou de chegar do Brasil". Por que do Brasil? Porque foi até o progresso, foi até ruas bem pavimentadas, foi até os edifícios e a estética privilegiada dos grandes centros, porque partiu até os lugares que causam realmente inveja aos Estados devalidos e abandonados. Vem do Brasil e depois do Brasil" vai para a selva, vai para o interior, vai para a savana sofrida, para o chapadão ensolarado.

A verdade, entretanto, é que o Brasil poderia ser um País equilibrado em que cada Estado produzisse, fosse capaz da auto-suficiência, proporcionando ao grande País como um todo a riqueza necessária, imprescindível para que se converta realmente num País do Primeiro Mundo. Poderia, nesse ensejo, evitar a utilização cara e desnecessária dos meios de transportes, para os quais o Brasil precisa despejar capital para transportar produtos industriais ou agrícolas que, de uma grande metrópole, são levados a um Estado subdesenvolvido e vice-versa.

A verdade é que a Zona Franca de Manaus — elaboração do falecido Deputado Pereira da Silva — num relâmpago de inspiração consolidado pelo falecido Presidente Castello

Branco, em pleno regime ditatorial. De repente, aquele homem pequeno, lá das plagas cearenses, entendeu de implantar um ponto de atração e, ao mesmo tempo, um núcleo de progresso para uma terra que precisava, mais do que nunca, desse progresso e dessa atração; precisava da presença dos brasileiros naquela região, precisava daqueles que vão até lá para receberem algumas vantagens.

Essa região, cobiçada pelas riquezas do seu subsolo — insistiu em afirmar: cobiçada internacionalmente, em dezenas de ocasiões, pela riqueza de seu subsolo começou a ter o simulacro, o perfil, o desenho de uma região adiantada, capaz de ser autosuficiente a ponto de defender-se, de não vir a se constituir em peso morto no grande Brasil, porque ela própria, além das suas riquezas naturais, nada teria mais do que a falta de uma indústria capacitada para o seu desenvolvimento.

Tenho lutado desta tribuna, desde o instante em que aqui cheguei, na bisonhice da minha suplência, gritando em altos brados — em certas ocasiões, a ponto de estremecer essas paredes — que a Amazônia precisava e precisa transformar-se numa região industrializada, e as fábricas e as metalurgias poderosas de primeiro plano e de primeiro timbre precisam ser fincadas naquele solo e que a sua insuficiência demográfica pode ser substituída pela capacidade da sua maquinaria, suficiente para lhe dar uma emulação e um pé de igualdade com o restante do Brasil.

E é por isso, Sr. Presidente, que abordo este tema para acordar e alertar os meus patrícios que representam os seus Estados, que cada um reivindique para a sua terra o direito de igualdade com as chamadas grandes potências estaduais; que cada Estado brasileiro, pobrezinho, despido, mendigo, ensolarado e carente do Nordeste, ou do extremo Norte, de regiões empobrecidas de outras áreas do Centro-Oeste e do Centro-Leste, que cada um de nós, que somos representantes aqui nesta Casa, lutemos sempre por um pé de igualdade, por um sistema que proporcione a todos nós, a todos esses Estados a robustez imprescindível para que venha a ser, realmente, auto-suficientes, capazes até de transformar essa Federação, em uma Confederação capaz de realizar o grande milagre de afirmação e independência que, infelizmente, não temos.

Concluo, Sr. Presidente.

As palavras já se fizeram explícitas, já voaram por essas bancadas, já foram escutadas por aqueles alertas que estão atentos ao que dizemos. Já foram sentidas pelo sistema nervoso daqueles que têm a Pátria no coração. Então não é mais necessário explicitar aquilo que se faz imprescindível para a compreensão de todos os brasileiros. De três em três, de Estado para Estado, de representação para representação, de Estado progressista para Estado infra-desenvolvido, que todos compreendamos que essas medidas, destinadas a transformar a região batida e cobiçada em uma região capaz de ter auto-suficiência econômica, financeira e até física, vamos dizer assim, tenham por parte do outro Estado-irmão a compreensão, a ajuda, a solidariedade que se faz imprescindível. É por isso que nesse acordo espero foi dado o primeiro passo para que os Srs. Senadores da República, os Srs. Senadores do Brasil, tenham tido o galardão e a responsabilidade de encetar uma nova marcha justiceira, para que todos os Estados sejam progressistas, produzam e recebam ao alcance das suas necessidades e do seu futuro de grandeza.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ESPERIDIÃO AMIN NA SESSÃO DE 19-12-1991 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, às vésperas do encerramento do período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, que efetivamente dará por finda esta sessão legislativa, desejo reiterar algumas ponderações que fiz por ocasião do anúncio do projeto de lei já apreciado pela Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a rolagem da dívida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Quando apreciei a matéria, no último sábado, 14.12, tive oportunidade de levantar alguns embargos aos aspectos formais, legais e constitucionais do projeto em questão. Neste momento, alguns minutos após a leitura do projeto por V. Ex^a, e tenho acompanhado a questão de ordem levantada pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, eu gostaria de, paralelamente à reiteração de alguns aspectos que ofereci na semana passada, salientar o seguinte: primeiro, mais do que dúvidas quanto à constitucionalidade, quanto à precariedade formal do projeto, eu desejo chamar a atenção dos nossos pares para a desconsideração das prerrogativas do Senado Federal nesta matéria. O art. 52, nos seus incisos VI, VII, VIII e IX, foi desconsiderado pelos autores do projeto. E quando digo autores, quero levantar dúvida sobre a efetiva autoria do Executivo nesta matéria. Não posso considerar que o Executivo seja o autor desta proposição. Invoco, aqui, inclusive, as palavras ontem proferidas da tribuna desta Casa pelo nobre Senador Pedro Simon, que certamente vai repetilas, hoje, quando esta matéria for mais aprofundadamente esclarecida, eis que S. Ex^a frisou que este projeto foi deliberado na ausência do Presidente da República, Fernando Collor de Mello, encaminhado ao Congresso pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência. E a imprensa derramou copiosas latas de tinta, esclarecendo aspectos, de ponto de vista de falta de desacoro, como, por exemplo, ocorre com a manchete do jornal *O Estado de S. Paulo*, que emprega a palavra *chantagem*, transcrevendo um trecho de conversa telefônica, que o jornal afirma ter havido entre o Secretário da Fazenda Nacional, Luiz Wellisch, e o Ministro Marcílio Marques Moreira, que estava fora do País.

O Secretário da Fazenda Nacional teria dito, textualmente, o seguinte: “É pegar ou largar. O PMDB está fazendo uma chantagem com o Governo”.

Além desses aspectos, a mudança na redação entre a proposta que veio do Palácio do Planalto, que facultava ao Executivo promover a consolidação e a rolagem das dívidas, e o texto que agora chega ao Senado Federal, e que deve ser o quarto ou quinto, porque já houve um segundo e um terceiro, que impõe a realização da rolagem da dívida.

No segundo texto estava escrito: “A União assumirá”, e o texto que chegou ao Senado diz que “A União garantirá a rolagem das dívidas”.

A par disto, a inexistência, por parte do Legislativo, do mesmo cuidado que teve quando da aprovação da Constituição, cuidado que consta do art. 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do texto constitucional em vigor, quando foi estabelecido que haveria uma Comissão Parlamentar, a dívida externa brasileira. Ora, a dívida externa brasileira, repito, monta, excluídas as agências multinacionais, que, certamente, não serão auditadas, nem foram, a 50 bilhões

de dólares, e a dívida dos Estados e Municípios perfaz um montante, aproximado, de 70 bilhões de dólares. É, portanto, maior do que a dívida externa, tantas vezes objeto de suspeitas, acusações, algumas até com razoável procedência. Para aquelas, repito, para os 50 bilhões de dólares da dívida externa para com os bancos privados, o Congresso Constituinte estabeleceu que tal dívida deveria ser auditada, se necessário, pericialmente, dando à Comissão Parlamentar Mista foros de Comissão Parlamentar de Inquérito, determinando que o Tribunal de Contas da União deveria assessorá-la. Agora, um negócio de 70 bilhões de dólares, nós recebemos da Câmara dos Deputados o projeto retificado, contendo prescrição para o Executivo de engodar os Senadores, o Senado Federal, que está expressa no art. 13 do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, como se fosse possível, com uma pequena guloseima, dizer-se ao Senado que se conforme com a queda das suas prerrogativas estabelecidas no art. 52. No curso da sessão ra discussão, pretendo viltar ao assunto desse art. 13, do texto aprovado. Pretendo confrontar este art. 13 com os esforços que boa parte dos Senadores fizeram este ano para, em nome das prerrogativas do Senao e do Congresso, por exemplo, restringir a reedição das medidas provisórias. Travou-se, aqui, um debate intenso sobre o quanto haveria de *capitis deminutio* na possibilidade que o Executivo — justiça seja feita — tem usado, com parcimônia, de editar e reeditar medidas provisórias. Será que os mesmos que defenderam essas prerrogativas do Congresso, sob a forma da Emenda Jobim, aqui relatada pelo nobre Senador Pedro Simon, vão se conformar com o art. 1 sendo novo no contexto do Congresso Nacional, estando praticamente a estrear, sei que meus pares mais experimentados têm, na coerência, o arrimo para suas longas vidas públicas. E a coerência não vai possibilitar que quem se sentir diminuído pela possibilidade de o Executivo reeditar medidas provisórias, concorde em revogar, em derogar as prerrogativas do Senado Federal, contidas no art. 52 da Constituição Federal. Este é o outro aspecto que debateremos.

Mais do que isso, além da auditoria, a forma pela qual se coloca isso como parte de um negócio, ele ainda nem terminou. Posto que se esta era a contrapartida anunciada para aprovação do ajuste fiscal, nem o Governo deve se submeter a este texto que veio da Câmara, porque o ajuste fiscal, proposto pelo Governo, também não foi aprovado. A menos que o Governo tivesse colocado a alíquota de 35% apenas como uma medida para tentar cooptar o Partido dos Trabalhadores, que, supostamente, aprovaria este dispositivo. Se nem o Governo está comprometido com isso, por que nós, Senadores, haveremos de estar? Por que aqueles que respeitam a Instituição vão se sentir constrangidos por um negócio que foi estabelecido fora do âmbito do Congresso Nacional?

Ontem, em aparte ao Senador Pedro Simon, eu disse que nesse processo alguém até figurou de Primeiro Ministro. O poder de barganha que é até natural, num processo democrático, foi não elevado, mas levado à utilização de constrangimentos que, na verdade, se forem bem exprimidos, têm pouca consistência, como demonstrou o Plenário da Câmara, na votação do requerimento de urgência-urgentíssima. A imprensa está aí cheia de suspeitas, e mais do que suspeitas, a respeito da consistência ideológica dos 254 votos que, nominalmente, deram essa urgência, que o projeto ganhou na Câmara dos Deputados.

Estão aí alusões a orquestras filarmônicas, nem todas bem afinadas, ensaiando sonetos numéricos, apenas numéricos, sem nenhum valor artístico, para compor esses 254 vo-

tos. Então, há tanta coisa rodeando esse projeto que creio que a minha função, nessa abertura da sessão de hoje, é apenas indexar algumas das questões que, certamente, serão suscitadas, até por pessoas que têm mais experiência do que eu em matéria dessa ordem.

O Sr. Affonso Camargo — Permite um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Affonso Camargo — Novamente, ouço V. Exª, com toda a atenção, alertar a Casa com relação a esse projeto da chamada rolagem da dívida, porque acredito que, de hoje para amanhã, o Senado vai ser questionado no seu poder básico, quer dizer, no seu poder constitucional, na sua função. Praticamente, vamos decidir, nas próximas horas, se ainda há motivo de haver Senado Federal ou não, no momento em que se fala tanto em unicameralidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Nobre Senador Affonso Camargo, atalhando o seu aparte, pois a palavra eu lhe devolverei logo em seguida, mas gostaria de introduzir, quase como parte do meu pronunciamento e do seu aparte, o texto de autoria do nobre Deputado Nelson Jobim, que citei há pouco para estabelecer o confronto entre a posição de alguns partidos que acolheram a Emenda Jobim, naquela oportunidade, quando se discutia a reedição de medidas provisórias, e parece que não consideram este ilustre parlamentar e jurista nesta questões.

Cito:

“O erro e inconstitucionalidade do projeto estão na forma atropeladora como o tema está sendo tratado. Usurpa-se competência do Senado Federal quanto à fixação dos limites e das condições das operações. Invasão de área da estrita competência do Poder Executivo, ferindo o princípio da independência e harmonia dos Poderes — art. 2º, da Constituição Federal — porque se impõe e se obriga a prática de atos pelo Executivo, que se encontram na sua esfera de discricção.”

Repito, não foi uma alteração só, não! A autorização evoluiu para a imposição através de mais de uma redação. A redação da Câmara não é a segunda, deve ser a quarta ou quinta. Mas o que foi alterado substancialmente foi de “autorização” para “imposição”.

Este é o comentário que faço ao bem lançado parecer do Deputado Nelson Jobim, que continuo a ler:

“... O respeito ao sistema constitucional impõe a observação de suas regras: ao Senado Federal, a fixação dos limites e condições das operações de crédito; ao Executivo Federal, a decisão livre, soberana e autônoma sobre a conveniência de firmar os ajustes nos termos sinalizados pelo Senado Federal, e aos Executivos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, o exame da conveniência firmar tais ajustes.

O precedente da Lei nº 7.976, que foi citada, e vai ser citada aqui, de 27 de dezembro de 89, que incide nas objeções ora expostas, não autoriza reincidência no erro e na inconstitucionalidade.”

Ouçõ novamente o nobre Senador Affonso Camargo.

O Sr. Affonso Camargo — Com essa citação, Senador Esperidião Amin, eu já acredito que possa reduzir bem o meu aparte, porque a minha preocupação é fundamentalmen-

te essa. E o próprio Deputado Nelson Jobim, cujos conhecimentos jurídicos são notórios, fala no atropelar. E vivemos num País onde se instituiu o sistema do “botar goela abaixo”. Acredito que hoje vamos discutir exatamente isso: se mais uma vez o Senado Federal, num assunto que não está restrito a qualquer problema de anualidade, um assunto que pode ser discutido a qualquer momento, pode ser discutido no primeiro dia da sessão legislativa do ano que vem. Assunto desse tipo vem agora para o Senado Federal, para que nós, em poucas horas, inclusive uma nova Resolução do Senado Federal chegou a ser aqui proposta por líderes, para ser também votada nos atropelos. Acredito que esse é o ponto fundamental. Ninguém é contra que se renegociem dívidas, que se possa reestudar esse problema, fruto da concentração administrativa e financeira que existe no País. Somos municipalistas. Aachamos que deve haver muito mais autonomia para os municípios e os Estados. Se dependesse da nossa posição não haveria dívidas. Mas nós não somos contra a renegociação. Mas tem que ser com critério, com calma e tendo como centro dessa negociação da dívida, exatamente, a legislação, as Resoluções do Senado Federal. Este era o aparte que queria dar a V. Exª, concordando plenamente com suas preocupações.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — V. Exª permite um aparte, nobre Senador Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Já ouvirei V. Exª

Antes, me sinto no dever de homenagear o Senador Jutahy Magalhães que no dia 14 de dezembro, sábado passado, comentava este assunto com a seguinte informação, em aparte a mim oferecido.

Cito:

“Na Prefeitura de Salvador está havendo uma briga terrível de dívidas que foram contraídas de obras não feitas, segundo o atual Prefeito declara publicamente.”

Eu comentei:

“Mais de cem milhões de dólares, pelo que soube.”

O Senador Jutahy Magalhães redarguia:

“Já falam até que, no final das contas, o bolo chega a 500 milhões de dólares.”

Prossigo a citação:

“Veja V. Exª, isso vai ser endossado pela União...”

Vai ser assumido pela viúva. Dívida que é questionada pelo devedor. Vai ser assumida sem que o Senado, sem que o Congresso pratique o que praticou com a dívida externa e que está no art. nº 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esses dois pesos e duas medidas não podem ser considerados como compensação por um atropelo que razão alguma consegue justificar.

Por que abriremos mão, neste caso, daquilo que o Senado e o Congresso não abriram mão quando elaboraram a Constituição?!

Ouçõ V. Exª, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Nobre Senador Esperidião Amin, chego a esta Casa com as mesmas preocupações de V. Exª com relação às prerrogativas do Poder Legislativo e no meio das prerrogativas do Poder Legislativo eu creio que nós devemos lutar contra esse expediente de regime de urgência urgentíssima. Com relação ao problema específico criado

pelo Parecer do Sr. Deputado Nelson Jobim, eu ouvi, ontem, durante os debates no plenário da Câmara Federal que o Sr. Deputado Alofio Mercadante, a todo o instante, S. Ex.^a invocada o Parecer do Sr. Deputado Nelson Jobim e dizia, mesmo, que o Parecer do Sr. Deputado Nelson Jobim se constituía, realmente, na grande defesa das prerrogativas do Senado Federal. Senador Esperidião Amin, ao final da intervenção do Sr. Deputado Alofio Mercadante — que é o Líder do PT na Câmara Federal — o Sr. Deputado Nelson Jobim afirmou que tudo aquilo que S. Ex.^a levantaria nesse Parecer estava sanado quanto ao aspecto da inconstitucionalidade porque, no art. 13 da Emenda apresentada ao Projeto original de rolagem das dívidas, há um dispositivo que diz:

“Art. 13 — O dispositivo nesta lei, especialmente nos seus artigos 2º, 3º, 7º e 8º observará as Resoluções do Senado Federal, previstas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do art. 52 da Constituição Federal.”

E o Sr. Deputado Nelson Jobim concluiu que todo aquele questionamento que S. Ex.^a levantaria, antes, não teria condições de prevalecer mais. Foi uma informação do próprio Sr. Deputado Nelson Jobim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador Garibaldi Alves, em primeiro lugar quero agradecer o aparte de V. Ex.^a que nobilitará meu despretenso pronunciamento. Tenho impressão que houve um erro de trânsito.

A primeira coisa a que me referi, quando comecei a usar da palavra, foi exatamente ao art. 13; que considero uma pretensão de cala-boca no Senado, urdida na Câmara dos Deputados.

Porque esse art. 13 é um enxerto. Comecei falando sobre isso. Comecei perguntando se aqueles que, apaixonadamente, também se valendo de uma emenda do Deputado Nelson Jobim, se insurgiam contra a reedição de medidas provisórias e não para homenagear o Ministro Jarbas Passarinho, que nos alegrou com a sua presença. Mencionei, também, que o Executivo até tem sido contido ultimamente pelo Ministro Passarinho — vamos aqui frisar — principalmente, na edição e reedição de medidas provisórias.

Mas, aqueles que apaixonadamente defendiam a Emenda Jobim, o que diriam deste cala-boca pretensioso, urdido na Câmara, como uma espécie de calaboca para o Senado.

Isso é o atestado de que o projeto desconsiderou o Senado. Se o conserto é válido — e acho que não o é, pois não é apenas isso que é defeituoso no projeto — fica como impressão digital da tentativa de apagar a impressão digital, ou seja, é o atestado de que o Senado foi desconsiderado. É o atestado de que não nos foi dado mais de 24 horas para examinar o projeto, porque isso foi enxertado ontem. O art. 13, que não consta do projeto original, é a confirmação da tese que levantei aqui no dia 14.

Finalmente, o texto do Deputado Nelson Jobim fala que o Senado foi ferido e o Executivo também! E o Executivo foi ferido exatamente, Senador, por um dispositivo sobre o qual também alertei na semana passada. No dia 14 de dezembro, alertei que já estava feita a mudança de redação que transformou a autorização para negociar dívidas em “assumirá”, imperativo — e agora está escrito “garantirá”. Tal alteração feita no Congresso também é inconstitucional, segundo o parecer do Deputado Nelson Jobim e segundo salta aos olhos pela leitura do art. 2º da Constituição Federal. Impõe; é imperativo; é incondicional. Eu dizia isso no dia 14, porque um negócio à vista dessa natureza não pode ter condi-

ções, nem prazos, tem que ser à vista: “Toma-lá-dá-cá”, tem que ser atropelado!

Para encerrar o meu comentário ao seu aparte, nobre Senador Garibaldi Alves Filho, quero insistir no fato de que o meu problema não é quanto ao mérito do projeto. Esse projeto justifica um plano de Governo. Como disse o Senador Pedro Simon, ontem, esse projeto é o mais importante que este Governo pode encaminhar ao Congresso. Não se pode mais seqüestrar a poupança. O maior negócio que o Governo pode fazer é esse: 70 bilhões de dólares! E foi feito, como disse o Senador Pedro Simon, na ausência física do Presidente da República, escrito por mãos que não são nem Legislativo, nem do Executivo. Este é o comentário que faço ao aparte de V. Ex.^a Deixo bem claro que as objeções do Deputado Nelson Jobim estão longe de serem satisfeitas pelo texto que veio da Câmara dos Deputados: uma é aclarada pelo art. 13 enxertado, e a outra está otimizada na expressão “garantirá”. Ou seja, o Executivo vai assumir — querendo ou não — porque faz parte da transação. E, como eu havia dito ao Senador Marco Maciel, essa transação nem foi honrada, uma vez que essa proposição foi “trocada” pelo ajuste fiscal, que não foi aprovado da maneira como o Governo queria. A alíquota de 35% não foi aprovada. Eu, que não estou acostumado a fazer patrulhamento ideológico — muito menos patrulhamento de votos — garanto que o PMDB não voltou maciçamente a favor da alíquota de 35%. Se o tivesse feito, esse item não seria tão fragorosamente derrotado como foi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Ouço, primeiramente, o aparte do Senador José Eduardo, a não ser que V. Ex.^a se considere mal interpretado por mim.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Nobre Senador, aguardarei o momento oportuno.

O Sr. José Eduardo — Nobre Senador, ouço atentamente a explanação de V. Ex.^a, analisando os aspectos de ordem jurídica, regimental e ética que afetam a Casa. Gostaria de acrescentar, quando V. Ex.^a diz que se comete uma desconsideração com a Casa, que na verdade, se comete uma desconsideração ainda muito maior com o povo brasileiro, com o nosso eleitor, com os trabalhadores, com os empregados, com os agricultores. Recebi hoje um telegrama de um eleitor cobrando uma posição com respeito à rolagem da dívida. Ele manifesta a sua frustração com a liberalidade do Governo na rolagem da dívida dos Estados, dos Municípios, das estatais, dos usineiros, e pergunta por que ele não rola a dívida dele também, assim como a dívida dos agricultores na Caixa Econômica e no Banco do Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — A conta de luz, telefone, água.

O Sr. José Eduardo — Todas as dívidas, enfim. Não só rolam, como ainda querem aumentar os impostos, para permitir que essa rolagem seja feita às custas dos empresários e dos trabalhadores, transferindo renda do setor produtivo para o setor improdutivo da Nação. Tenho feito alguns pronunciamentos na Casa alertando para este ponto, que acho da maior importância. Quando defendemos a privatização, quando o Governo defende a privatização, quando o todo, hoje, não fala em outra coisa a não ser na privatização, na alocação de recursos para o setor privado, para a iniciativa privada, no Brasil, ainda que tenhamos o discurso da privati-

zação, na prática fazemos o contrário. Continuamos tirando recursos do setor produtivo para colocar na mão do Estado improdutivo. Esse meu eleitor, então, nos conchama a colocar um paradeiro nesse avanço fiscal e nesse calote constante por parte do Estado, que não honra os seus compromissos, que não honra as suas dívidas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador José Eduardo...

O Sr. José Eduardo — Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — ...o seu aparte não terminou ainda, mas sinto-me na obrigação — até para que não se me atribua aqui a tentativa de intrigar — de entremear no seu aparte um trecho de discurso que ouvi, com muita tristeza, na sessão do Congresso Nacional do dia 13 de dezembro próximo passado, às 20 horas, quando o respeitabilíssimo — pessoa que muito prezo — Líder do Governo, Deputado Humberto Souto, defendia o projeto. Cito do referido discurso o seguinte:

“Hoje, quando o Governo Federal vai cobrar a dívida dos Estados, eles simplesmente não pagam e debocham do Governo. Não pagam as contas na Eletrobrás; não cumprem as suas obrigações com o aval do Governo Federal. Quando o Governo Federal vai executá-los, eles dão a praça pública como garantia, porque o Fundo de Participação, que não representa 2% na renda de São Paulo...”

Não sei por que S. Ex.^a citou São Paulo. Ou melhor, sei, sim. Todos nós sabemos. Continuo a citação:

...é o único meio que o Governo tem de obter para o pagamento da dívida.”

Ou seja, o projeto veio por barganha e por calote. Esse projeto tem virtudes no seu mérito — repito — mas não veio movido por elas. Não foi o desejo de moralizar que o trouxe aqui. Passando por cima do Senado, sim; tripudiando sobre o contribuinte. O projeto veio, porque os caloteiros não só deixam de pagar, como debocham e escrevem leis, para que o Senado e a Câmara aprovem, goela abaixo, se possível, sem lei. É a virtude não apenas sendo derrotada, mas fungindo da briga em relação à barganha, à chantagem, à desonestidade.

Não vou correr dessa briga. Não entendo muito de Regimento, mas entendo de decência.

O Sr. José Eduardo — Muito bem!

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Muito bem!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — E vou lutar com as poucas armas de que disponho, porque, se o Governo, cujo primeiro mandatário ajudei a eleger, fez negócio em cima disso, não lhe dei procuração para me incluir. Não dei e não dou. O meu Estado, exercendo uma virtude que não sei se eu exerceria, pagou a Eletrobrás e está adimplente; gastou muito dinheiro, que podia ser aplicado em benefício da nossa gente, para honrar os seus compromissos. Não debochou, e é meu dever não permitir que ele sofra o deboche que a mancomunação de caloteiros com um Governo fraco está tentando nos impor.

O Sr. José Eduardo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Pois não, Senador.

O Sr. José Eduardo — A indignação de V. Ex.^a traduz a indignação do povo brasileiro em relação à maneira como está sendo tratado esse tema aqui em Brasília. Depois da

manifestação de V. Ex.^a, com a qual eu já vinha me solidarizando através de aparte que fiz às suas colocações, termino esta minha intervenção justamente aproveitando da sua indignação, para deixar claro que partilhamos dela, comungamos com ela. Nada melhor traduz essa indignação do que a indignação de todo cidadão consciente do Brasil. Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Muito obrigado, Senador José Eduardo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não desejaria que as minhas palavras fossem confundidas com as mesquinhas dos que gostem de defender vantagens para a unidade da Federação que representam. Não! Disse e repito: no mérito, o projeto certamente contaria, e pode até contar, com o meu apoio, no sentido de ajudar a melhorá-lo. Há muito tempo defendo a federalização da dívida mobiliária. Escrevi um texto sobre isso em 1983. Há muito tempo que o disciplinamento da dívida dos Estados e Municípios é alvo de debate, não só no Senado, mas também na sociedade brasileira.

Agora, lançar-se uma boa causa dentro de uma calça ruim é um procedimento que não pode passar despercebido. É um procedimento que não pode ser coonestado pela omissão e nem pelo temor de que demorando atrapalha alguém. Atrapalhar quem? Se o projeto manda que se façam os acordos daqui a 180 dias, por que essa pressa? Que negócio à vista é este? Negócio à vista feito com quem? Já imaginou quem se omitir pode até ser incluído no negócio, pode ser tido como incluído no negócio?

Um negócio à vista feito rapidamente no lusco-fusco do poente de uma sessão legislativa, repito, sem que haja qualquer prescrição constitucional para que ele seja consumado neste momento; por que não designar-mos uma comissão para, durante o recesso, exaurir o assunto, tratar dele corretamente.

Olha, seria quase como um castigo para as férias, mas até me disponho a participar desse esforço. E por quê? Porque concordo com o mérito. Agora, não gostaria de renunciar ao meu mandato. Não tenho porquê.

Tenho procurado aprender, tenho aprendido aqui com os meus pares de todos os partidos, de todos. Costumo dizer que estou fazendo um estágio no mundo das idéias. Por que uma idéia boa dessa não pode ser estudada com mais vagar? A melhor idéia que o Governo pode apresentar para o seu relacionamento com os Estados e Municípios, não poderia ser ela complementada por alguma forma de se criar um projeto nacional. O País precisa de um projeto nacional. Este é o momento para pactuar. Ora, resolvida a dívida dos Estados e Municípios, vamos pactuar o quê? Não vamos pactuar nada. Ah, mas o Poder Executivo vai acertar isso! Mas vou abrir mão para que o Congresso Nacional participe desse momento?

O Sr. Affonso Camargo — Por que essa pressa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador Affonso Camargo, esta pergunta estou endereçando aos ventos, à chuva e ao Sol desde o sábado passado. Não tenho ouvido nada publicável como resposta. Tenho lido e tenho sabido de coisas que eu não gostaria de publicar e que, se forem publicadas, não gostaria de assumir. Quero deixar muito claro: este meu posicionamento é tanto sobre a forma, que até contraria o Governo do meu Estado que gostaria que fosse aprovado, porque é uma distribuição de guloseimas.

O Sr. Affonso Camargo — É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — E a árvore do Natal, anunciado há alguns dias pelo nobre Senador Epiácio Cafe-

teira, que, infelizmente, não está aqui presente. É o mesmo espírito que determinou que a Casa consolidasse providências concessivas, neste final de ano. Mas concessivas, repito, com o Estado debilitado, com o Estado em frangalhos, que não consegue cumprir suas obrigações mais elementares, que discute os 147% de reajuste dos aposentados, no Supremo Tribunal Federal, porque não tem dinheiro para pagar; que nega o pagamento — e o pior não é porque não queira; alega que não tem dinheiro — para pagar os hospitais que estão fechando. Senador Affonso Camargo assistiu a um programa, veiculado pela televisão, em que narrava a situação do Hospital Evangélico, de Curitiba, terra do Ministro da Saúde, Alcení Guerra é claro que o Ministro da Saúde não gostaria que aquela matéria fosse publicada, não gostaria que ela existisse. Um hospital que atende a queimados com leitos fechado, semi-deserto, com uma sala que contém as pessoas que eles não puderam colocar para fora, não puderam dispensar.

O Sr. Affonso Camargo — E o hospital, quero prestar esse testemunho, que histórica é notoriamente é conhecido como um hospital da maior eficiência; hospital que sempre se comportou dentro de custos baixos. Se o Hospital Evangélico está fechando, imagine quantos hospitais no Brasil estão prestes a fechar ou já não fecharam?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Mencionei esse hospital, porque tive o privilégio de ter o seu drama divulgado, e as qualidades, também, as qualidades que V. Exª bem ressalta. Mas poderia e deveria o hospital mencionar da minha terra, da minha cidade, o Hospital de Caridade, fundado em 1745. Está com centenas de leitos fechados ao desfruto da população, ao uso pela população; porque, além de ser muito baixa, a parcela de AIIH que o Inamps lhe paga, ainda por cima com atraso. Então é este País, é este Estado que não cumprindo com as suas obrigações mais elementares, que até no discurso dos liberais ortodoxos, obrigações que fazem parte da essência do Estado dos liberais, quer dizer; é esse o Estado que no luxo-fusco do poente faz um negócio e apresenta um negócio feito para o Senado e com um detalhe: o negócio até tem partes boas, repito, mas é incompleto, e quem o deveria estudar, cumprindo o rito que desejam os seus autores, não terá quatro horas para debater o assunto, porque somente hoje se tomou conhecimento do texto que a Câmara aprovou.

Graças a um trabalho feito hoje por uma assessora do Senador Fernando Henrique Cardoso, conheço os textos, ou seja, as diferenças que existam entre o texto inicial e o aprovado pela Câmara; mas será que os Senadores conhecem?

Pode ser. Fiquei conhecendo hoje, pela manhã.

É isso que vamos aprovar.

Eu gostaria, portanto, de deixar consignada uma boa idéia, um bom projeto, digo mais, uma parcela importante de um projeto nacional de recuperação do poder de investimento do Estado, de atenção efetiva para com a normalização da situação financeira de Estados de todas as regiões do País.

Não vamos excluir São Paulo, não vamos excluir os Estados do Nordeste, não vamos excluir aqueles que, sabe-se com que sacrifícios, honraram os seus compromissos e acreditaram na austeridade do Governo.

Por que jogar essa boa idéia no atabalhoado processo de deliberação de um fim de ano, quando temos matérias relevantes que estão sendo trazidas à Casa, um pouco pela deliberação da Câmara, e muito — quero, aqui, render a minha homenagem — ao bom-senso, ao equilíbrio de nosso Presidente, Senador Mauro Benevides — quero aproveitar

esta oportunidade para homenageá-lo — porque se não fosse um homem dotado de temperatura, de modernação, também o procedimento legislativo seria dificultado neste fim de ano, mas se é um processo legislativo tão tumultuado, tão conflituado, por que agravá-lo, por quê? É a pergunta, Senador Affonso Camargo, é a pergunta. Por que atropelá-lo...

O Sr. Affonso Camargo — A pergunta é: por que essa pressa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — ... por que essa pressa, por que atropelá-lo, por que atropelar o processo legislativo de fim de ano com este assunto atribuindo-lhe tal urgência? Por que atribuir tal urgência? Por que não permitir que ele decante, que ele seja, repito, enriquecido pela Casa, que tem a obrigação de fazê-lo. Quem tem a obrigação de enriquecer esse projeto não é o Deputado Nelson Jobim, e, até agora, a maior contribuição dada a ele foi feita por um Deputado, não foi feita por um Senador, até porque os Deputados tiveram mais tempo de apreciá-lo do que nós, então, a maior contribuição dada ao projeto foi feita na Casa que não tem a finalidade precípua de sobre a matéria legislar, o que corrobora a nossa afirmação de que é atabalhoado desnecessário e inconsequente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — V. Exª permite um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Ouço o aparte do nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Esperidião Amin, estou preso àquele momento anterior no qual V. Exª falava sobre o parecer do Deputado Nelson Jobim e queria, apenas, colocar o seguinte: não acredito que o Deputado Nelson Jobim, com o conceito que S. Exª tem de constitucionalista, fosse permitir que uma emenda "cala boca" terminasse por fazer tábula rasa do seu parecer perante a Câmara dos Deputados. Estou envolvido nesse debate com uma certa cautela, porque V. Exª está dizendo que quem está contra os seus argumentos pode estar defendendo caloteiros, não estou defendendo caloteiro nem mesmo tenho interesse direto. No caso do meu Estado, o Governador é até meu adversário, ele é do PFL e eu do PMDB. Eu acredito, quanto à questão da urgência, e faço uma ponderação diante dos argumentos de V. Exª, porque acredito que os Estados estão realmente endividados, em situação difícil, e nós poderíamos nos colocar diante dessa situação e ver que essa questão poderia ser apreciada com uma certa urgência, não digo com essa urgência urgentíssima. Não é uma questão urgente a situação dos Estados endividados, dos Estados que têm que prover as necessidades da sua população? Esta é a ponderação que desejava fazer a V. Exª

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Vou pensar alto, porque estou convencido da rigorosa boa fé de V. Exª, não tenho nenhuma dúvida; independente de votos de ordem, independente do sacramento da ordem eu acredito na boa fé de V. Exª. Mas faço uma pergunta a V. Exª: se esse projeto de lei estabelece um prazo de seis meses, depois da publicação da lei mencionada pelo Presidente, que tal fazermos o seguinte acordo? Três meses para o Governo fechar os contratos, e três meses para nós decidirmos. Não haverá nenhuma dilatação de prazo. Nada da urgência que V. Exª argui, e eu até admito seja procedente, vamos acabar com essa angústia. Mas se nós aprovarmos de cambulhada, são seis meses, e o Executivo vai poder, mesmo sem questionar os aspectos de constitu-

cionalidade argüídos pelo Deputado Nelson Jobim, e que serão argüídos nesta Casa também, porque o Senador Fernando Henrique Cardoso já mencionou isso aqui, o imperativo da lei, se aprovada, vai para a Justiça.

Nem vamos considerar, vamos considerar o texto como bom. Mas o Governo terá seis meses para fechar o contrato, para assumir a dívida. Que tal reduzirmos para três meses? Três meses está bom, ele tem três meses para estudar, informalmente. Enquanto o projeto tramita aqui era bom que estudássemos. Até porque também acho que esse projeto, que é uma boa idéia, foi elaborado fora do Executivo e do Legislativo. Há indícios muito seguros disso.

Então, o Governo vai ter oportunidade de saber quanto é a dívida. Se disser aqui que é 140 bilhões, ninguém aqui terá elementos para me desmentir. Sabe-se que o número mais verossímil é 70 bilhões, mas não posso afirmar que é 70 bilhões, assim como V. Ex^a não pode afirmar que é 67 bilhões.

Em três meses o Governo estudaria o assunto, porque é evidente que não estudou. É evidente que não estudou. Isso era uma idéia. Três meses para o Governo ultimar as suas tratativas, três meses para ultimarmos as nossas, e depois só três meses firmar o contrato.

Aliás, isso é próprio de país subdesenvolvido. Entre a idéia e a sua concretização, demora o tempo para o seu detalhamento, que é a coisa mais importante de uma idéia, é escrever, é elaborar o projeto. Seja o projeto de uma obra, seja o projeto de uma lei, a coisa mais importante é elaborar esse projeto de maneira que ele seja aplicável, que a ordem para que ele seja realidade não se transforme numa grande confusão.

Nos países desenvolvidos, decorre um prazo de até dois anos para se elaborar o projeto de uma estrada, de uma obra pública, e menos tempo para realizar a obra, porque o projeto é exaustivamente elaborado e discutido.

Nos países subdesenvolvidos, faz-se o projeto a toque de caixa e a canga do cargueiro se arruma no caminho. Sabe lá com quantas paradas, com quantos pedágios, com quantos reajustes e toda sorte de mazelas que caracterizam a saga, a via crucis dos subdesenvolvidos. Esse projeto é coisa de subdesenvolvido. Até como negócio é coisa de subdesenvolvido; porque estabelece rapidez na aprovação e um prazo — isso é prazo para quem não pensou ainda; seis meses para fechar contrato é porque não tem minuta de contrato, não sabe quanto é que é a dívida. Vão fazer um concurso de credores saber quanto é que é a dívida.

E o Senado, que auditou uma coisa menor do que essa em um ano — levou um ano, era prazo constitucional dado pelo art. 26 do Ato das Disposições Transitórias, para um volume menor do que este — está abrindo mão de qualquer prerrogativa, de qualquer responsabilidade, de qualquer possibilidade de enriquecer, repito, uma boa idéia. O Senado que deveria ser, pela presença de pessoas experientes, com variada vida profissional e política, que deveria ser a Casa da riqueza intelectual para o amadurecimento de uma idéia, o Senado, se aprovar isto, neste momento estará se omitindo, estará renunciando a sua própria existência, por via de consequência, porque não estará exercitando aquilo que, mais do que uma prerrogativa, é a sua responsabilidade, é a sua razão de ser. Estamos aqui para isso, é acima de partido, acima de governo, seja estadual, seja municipal, deve prevalecer a noção do dever, do múnus da causa pública, que é, sem dúvida alguma, não a minha alavanca para estar aqui a me impulsionar para

dizer estas palavras, mas é, eu sei — porque conheço a essência dos meus companheiros — é a razão de ser de cada um e de todos nós.

O Sr. Beni Veras — Permite-me um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Com satisfação, ouço V. Ex^a

O Sr. Beni Veras — Senador Esperidião Amin, a sua revolta, em relação ao que está ocorrendo, casa com a nossa indignação. Há algum tempo, há precisamente cinco anos, o Governador Tasso Jereissati foi eleito para o Governo do Estado do Ceará. Sucedeu um outro Governador que dizia que faria dívida a qualquer preço, porque o Estado deveria estar bastante endividado para cumprir com seus objetivos. Achava que ter dívida era um galardão, e que depois apareceria um jeito de resolver o problema dessa dívida. Nós, que estávamos habituados a trabalhar na empresa privada, tivemos dificuldade de entender esse tipo de colocação. E chegando ao Governo do Estado, o Governador Tasso Jereissati empreendeu um esforço de economia, imposto a todo o Estado do Ceará, inaudito. Fizemos economia em cima de uma população que tem uma renda per capita de mil dólares apenas; 96% dessa população está situada no semi-árido, região que sofre secas constantes, onde há municípios em que a renda da população é de 100 dólares/ano, de tal modo que não se sabe como essas pessoas sobrevivem. A Companhia de Eletrificação do Estado do Ceará naquela altura se achava ameaçada pelo Governo Federal de ter a sua luz cortada, a sua energia cortada. O Banco do Estado do Ceará se encontrava sob intervenção. De 140 mil funcionários, fomos obrigados a demitir quase 50 mil. Os salários dos funcionários públicos foram reduzidos, porque o Estado não tinha condição de, ao mesmo tempo, pagar esses salários e cumprir com suas obrigações; obrigações que achávamos naturais de um Estado que se dá o respeito. As contas do Estado do Ceará foram pagas a esse custo. Para V. Ex^a ter idéia, em 1980, fomos obrigados a manter 150 mil pessoas do interior do Estado, assalariadas pelo Governo do Estado, porque elas não tinham como sobreviver em meio a uma seca por que passava todo o interior. Esse sacrifício foi imposto ao Estado do Ceará dessa maneira porque acreditávamos que um Estado que se dá ao respeito deve ter suas contas corretas, pagando o que deve e vivendo da sua receita. Isso foi feito e agora nos surpreendemos: parece que Ruy Barbosa disse, tempos atrás, “Chega um momento em que temos vergonha de ser honestos”, parece que está se concretizando. O Estado do Ceará foi um Estado tolo, porque acreditou que a coisa pública no Brasil, em algum momento, seria levada a sério. Esse preço já pagamos, e agora, realmente, partilhamos da revolta que V. Ex^a sente quando vemos que Estados que não tiveram o menor temor em assumir dívidas, não tiveram o menor temor em ser perdulários na utilização de seus recursos, que gastaram o que tinham e o que não tinham, às vezes para fazer estradas paralelas umas às outras, agora nos colocam contra a parede e nos exigem que, em um dia ou dois, decidamos dar-lhes um libatório para que possam continuar assumindo dívidas e compromissos, no mercado, pelos quais o País é chamado a pagar. É o que acontece na hora em que essas dívidas não são assumidas pelos próprios Estados. Mas jogadas para o futuro. Isto é um escárnio em relação aos que são sérios. É uma confirmação de que parece que vale à pena, no Brasil, continuar usando o poder público com irresponsabilidade e sem compromisso. Parabéns V. Ex^a e par 'ho, com convicção

da sua revolta. O que fizemos no Ceará não foi porque quiséssemos sacrificar o nosso povo. Muito pelo contrário, chegamos ao Governo do Ceará buscando dar a esse povo o alento e o apoio de que ele precisa e merece. Entretanto, parece que fomos tolos. Eu até me pergunto, num momento destes: quem está a favor dessa reprogramação? O Secretário da Fazenda declarou que isso é uma barganha. Hoje, saiu uma declaração do Presidente do Banco Central dizendo que não se encontra tão comprometido, assim, com essa matéria e que não sabe bem-por não ter examinado direito — se ela conduz aos reais interesses do País. Então, será que só nós, do Congresso e, principalmente, do Senado Federal, é que teremos que estar convictos de que é justo e razoável que, em um dia, se dê nova oportunidade de ser perdulário a Estados que já foram extremamente irresponsáveis no trato com suas dívidas?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Nobre Senador Beni Veras, o aparte de V. Ex^a é o ponto alto deste pronunciamento, pela sinceridade e coerência das suas colocações. Por isto, eu vou atalhar, também, o aparte de V. Ex^a — como já fiz com outros companheiros — para fazer, aqui, a seguinte reflexão: se esse projeto fosse mais do que uma boa idéia, ou seja, se ele tivesse sido tratado, discutido no âmbito do Banco Central, do Ministério da Economia, do Confaz — que tantas vezes se reúne-se a Federação tivesse sido acatada, V. Ex^a acha que ele teria vindo redigido como veio, para que o pagamento da amortização dessa dívida consolidada que vai ser rolada fosse feito em 40 prestações semestrais? Só se compromete a pagar em 40 prestações semestrais quem sabe que não quer pagar! Ora, prestação semestral, quem é que paga isto? Prestação semestral é preparar o alíbeo do futuro calote. É evidente que não vai pagar.

Quero saber qual é o comerciante que faz um contrato de financiamento, com quem recebe receita mensal — como é o caso dos Estados, que recebem até semanalmente, decenalmente, quinquenalmente —, habitual, — não é uma receita sazonal — para ser pago em prestações semestrais?

Quer dizer, o projeto já não era sério nisso. E a emenda da Câmara, sabem qual foi? Oitenta prestações trimestrais, o que conserta mas não endireita, atenua mas não dá ao negócio que estará sendo homologado o mesmo foro de seriedade que têm, por exemplo, as palavras de V. Ex^a, Senador Beni Veras, que fala em nome de um Estado sofrido, que também acreditou — e acreditou há mais tempo do que o meu, diga-se de passagem — que era hora de dar a sua cota de contribuição para um processo de austeridade. Aliás, quanto a isso, Senador Beni Veras, o Governo Federal pode ter cometido vários erros, mas pelo menos teve o zelo, ao longo desse tempo, tanto quanto sei, de não gastar em nenhum mês mais do que arrecadou, pode até ter dilatado prazo de pagamento, mas não emitiu para pagar as suas despesas, o que é inédito na República. O Governo Federal pode ter cometido vários erros, mas este ele não cometeu, o de emitir por déficit operacional primário.

Então, indo ao encontro das palavras de V. Ex^a, quero dizer o seguinte: o governo não deve se render a essa barganha, que já foi denunciada, como V. Ex^a lembrou, até pela autoridade que, funcionalmente, mais se aproxima dessa questão, que é o Secretário da Fazenda Nacional, conforme divulgaram todos os jornais do País e como V. Ex^a aqui lembrou.

Devolvo-lhe a palavra para que V. Ex^a conclua o seu aparte.

O Sr. Beni Veras — Quando surgiu essa questão, telefonei para a autoridade do Governo Federal responsável pela área e perguntei: "Diga-me uma coisa: não estou compreendendo isso. No meu nível de entendimento, isso vai gerar, no momento em que se busca pôr ordem nas finanças do País, a curto prazo, de seis meses a um ano, uma pressão pela emissão de títulos desses Estados que estão agora ficando sem dívidas aparentes. Isso não vai refletir no aumento do meio circulante?" "Tive dificuldade de compreender e confesso sinceramente, mas eles também não estavam compreendendo muito bem e não tiveram explicações que satisfizessem a nossa curiosidade. Mas agora, o que me chama mais a atenção, completando o excelente pronunciamento de V. Ex^a, é o seguinte: os Estados do Piauí, da Paraíba, de Pernambuco, mais recentemente, e do Rio Grande do Norte tiveram seus bancos fechados por meia dúzia de cruzados. Quando essa dor veio para um Estado grande, o País achou uma maneira de transferir para ele 800 bilhões de cruzeiros para que aliviasse o seu banco. Não dá para ter solidariedade numa hora dessa! Sofro muito mais com a dor do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba do que com a dor de um Estado que tem condições de se arrumar e não se arruma porque não respeita o País. Sabe que, a qualquer momento, pode usar o que é nosso, usar a vitalidade do Brasil inteiro, para que continue crescendo e ditando as normas que devemos seguir. Devemos nos revoltar contra isso, e creio que este é o momento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador Beni Veras, só para ilustrar a informação que V. Ex^a nos presta, quero repetir que o Sr. Ibrahim Eris, já demissionário do Banco Central, no dia 9 de maio deste ano — quero lembrar que a demissão da equipe econômica da Ministra Zélia ocorreu, no dia 8 de maio de 1991, quarta-feira —, não teve nenhum constrangimento em conceder mais 150 bilhões de cruzeiros, a preços de então, ao Banco do Estado de São Paulo, para lastrear as letras podres. Essas, sim, eram podres! Essas eram podres, eu assino! Portanto, para que o maior banco estadual do País não pagasse vexame, prolongava-se, mesmo depois da demissão do Presidente do Banco Central, uma generosidade que, em escala muito mais reduzida, foi negada aos bancos dos Estados que V. Ex^a nomeou: Pernambuco — um Estado de maior porte — Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte — Estados menos aquinhoados. Esses dois pesos e duas medidas vão ser, neste momento, desconSIDERADOS por Parlamentares, como Garibaldi Alves Filho que, com a isenção e a honestidade, que todos reconhecemos, disse aqui, deu a entender a todos nós da sua disposição de não negar a contribuição do seu voto para ajudar o seu Estado, apesar da adversidade política, em termos de quem o gere no momento. Será que isso não vai ser considerado? Será que nós não vamos examinar a real consistência desse projeto, que chega aqui nessa hora tantas da nossa Sessão Legislativa, para ser aprovado rapidamente pela Câmara Revisora do Congresso Nacional? Faltam-me palavras para tentar uma justificativa sequer para, repito, a forma do projeto. Sobre o mérito, eu gostaria muito de falar, mas quando tivesse sido respeitada a prerrogativa, a responsabilidade de cada um dos mandatos e a soma deles, que é a Instituição Senado Federal/Congresso Nacional.

O Sr. Levy Dias — Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Pois não, nobre Senador Levy Dias.

O Sr. Levy Dias — V. Ex^a faz um dos pronunciamentos mais importantes que assistimos neste ano, aqui, no Senado.

A lucidez do aparte do Senador Beni Veras, como bem disse V. Ex^a, foi o ponto alto do seu pronunciamento, tenho certeza, motivou todos nós aqui no plenário. Porque S. Ex^a fala em nome de um dos Estados mais sofridos da Federação, o Ceará. E fala com o coração, do sacrifício e do esforço que os governos do seu Estado impuseram ao seu povo para serem corretos, para cumprirem os compromissos. E S. Ex^a questiona se esse esforço foi em vão. E eu, ontem à noite, Senador Esperidião Amin, acompanhava a votação no Congresso desse projeto, especialmente, a votação das emendas, e vi que os Deputados tiveram oportunidade de fazer dezenas e dezenas de emendas. E hoje estamos, praticamente, no último dia de votação do Senado, e encontramos diante de nós uma das coisas mais sérias que já caiu aqui para a nossa análise, rolar uma dívida de 57 bilhões de dólares, que a imprensa vêm chamando de "a maior dívida rolada no mundo".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — É verdade.

O Sr. Levy Dias — ...é muito sério para o Senado. A tarefa que temos nas mãos hoje é das mais importantes que já tivemos aqui. Porque, se rolarmos essas dívidas, ao iniciar os trabalhos o ano que vem, o Senado terá, fatalmente, inúmeros pedidos de autorização para novos empréstimos, dos mesmos caloteiros que estão sendo beneficiados hoje. Tenho, no meu Estado, alguns exemplos de prefeitos que levaram a ferro e fogo os seus compromissos, como bem disse o Senador Beni Veras, no caso do Ceará, e falo em nome deles também, o Senado não tem hoje nada mais, nada menos, do que a oportunidade ímpar de colocar um paradeiro nesse projeto que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou na primeira página, que se tratava de uma chantagem. O Governo não pode se curvar diante de uma chantagem, e o Senado da República não tem o direito de se curvar diante de uma chantagem. Portanto, cumprimento V. Ex^a pela lucidez do seu pronunciamento, e quis dar este aparte, porque, realmente, acho que temos hoje uma das sessões mais importantes que o Senado já realizou, e a oportunidade de mostrar, ao País, que o equilíbrio, a serenidade e a seriedade do Senado não vão permitir que isto, aconteça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador Levy Dias, quero agradecer o registro generoso que V. Ex^a faz, lúcido, correto e, acima de tudo racional, porque, neste caso, não estamos atacando detalhes do projeto, estamos atacando, denunciando sim a forma atropelada como ele está apresentado, como ele foi posto, na "borda da goela" do Senado Federal — "na borda da goela". Basta um descuido, basta a cumplicidade da omissão para que ele seja, realmente, enfiado "goela abaixo". Só isso que falta.

E, o que me anima a tomar a atenção, como tomei aqui ao longo deste pronunciamento, dos meus pares, não é a pretensão de saber mais, pelo contrário, tenho a convicção de que faço parte daquele grupo dos que sabem menos. Mas, são exatamente os que sabem menos, Senador Beni Veras, até quanto ao valor da dívida. Deve haver gente que sabe mais; quem escreveu o projeto, quem conhece os seus mais volumosos beneficiários, são também os seus predominantes autores, porque é claro que há uma forte e evidente relação de autoria entre o volume do beneficiário, o interesse pelo projeto e a sua própria autoria.

Não sou autor do projeto. Participei até de reuniões com pessoas do Governo a respeito do assunto para tentar me informar, e ninguém me disse até agora qual é o valor preciso.

E é exatamente por isso que não concordo em aprová-lo atabalhoadamente, é exatamente por isso.

Se alguém sabe, e eu não sei, sendo um estudante aplicado, como pretendo ser, também isso quero aprender, mas quero aprender como São Tomé me ensinou: vendo, constataando, comprovando. "Goela abaixo," não.

Eram essas as observações, as advertências que eu gostaria de fazer, e repito: faço-as animado não pela intenção de ensinar alguma coisa a alguém, absolutamente, mas de partilhar com todos os meus companheiros de todos os Partidos, de todos os interesses, desse momento solene em que poderemos dizer: deixa esta passar também, é uma tentação, deixa passar, está no fim do ano, é espírito de natal, já se fez tanta concessão aqui, é o espírito natalino, se houver alguma facilidade, não seremos nós que vamos pagar.

Essa é a tentação da omissão, e me fez lembrar alguns dias, lendo o romance de José Saramago, cujo conteúdo discordo mas eu me deleitei com sua forma: "O Evangelho Segundo Jesus Cristo". A descrição que ele faz da tentação nos 40 dias e 40 noites no deserto, como diz a Bíblia, e no Lago de Genesaré como quer José Saramago, a tentação de Cristo pelo diabo, quando Lúcifer diz para Cristo: — Tu sabes que eu tenho coração, porque quem me criou foi Deus, e até houve um momento em que eu era o seu predileto, Lúcifer, o que trazia as luzes.

Deixa passar, não te metes nessa encrenca. Para que vais comprar essa briga? É a tentação da omissão. Ou podemos dizer como a Passionara disse: Não passarão! Não passarão, não pelo mérito, não passarão pela forma. Não passarão, porque não abrimos mão das prerrogativas e das responsabilidades dos nossos mandatos.

O SR. Affonso Camargo — Permita-me V. Ex^a nobre Senador Esperidião Amin, uma ligeira intervenção? (Assentimento do orador) — Percebo que V. Ex^a está terminando o seu discurso. Então, gostaria de saber se, ao terminar, V. Ex^a descobriu o porquê dessa pressa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Não. V. Ex^a vai me permitir, porque estou realmente encerrando.

Aliás, recolho do seu aparte duas observações: uma, generosa e, a outra, uma advertência que vou levar à risca: está na hora de terminar o pronunciamento.

Quero dizer a V. Ex^a que não fui distiguído, desde sábado, até agora, com uma única informação a respeito do porquê. Até mesmo, porque o exercício que o Senador Garibaldi Alves Filho fez para pensar junto conosco sobre a urgência, procurei refutar com um raciocínio muito simples: são seis meses para firmar o contrário. Dividimos três meses para o Poder Executivo e três meses para o Poder Legislativo. Até isso seria uma maneira, sem qualquer prejuízo para as partes interessadas, de deslindar-se a matéria, respeitada a prerrogativa do Congresso Nacional que, repito, está encerrada nesta palavra de ordem: não passarão. Ou se passarem, passarão, vencendo democraticamente, àqueles que, pelo voto e pela voz, se insurgirem, como eu me insurjo — quero deixar muito claro — contra a forma da apresentação do projeto.

Concluo, reafirmando, no mérito, ele tem coisas boas, mas, na forma, estão amesquinhas as possíveis altas finalidades pela forma que o mancha, insanavelmente, a termo, ou seja, poderá ser saneado se, pelo menos, aqui entre nós, com a lucidez e a experiência de tantos — decantar. E espero que descante — sem que eu tenha que descartar o que aqui disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)